

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

TUHANY DE OLIVEIRA SABINO

CLÍNICA ESQUIZOANALÍTICA EM DEBATE

VITÓRIA/ES

2020

TUHANY DE OLIVEIRA SABINO

CLÍNICA ESQUIZOANALÍTICA EM DEBATE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na linha Subjetividade, Saúde e Clínica.

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros.

VITÓRIA/ES

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

D278c de Oliveira Sabino, Tuhany, 1993-
Clínica esquizoanalítica em debate / Tuhany de Oliveira
Sabino. - 2020.
99 f.

Orientadora: Maria Elizabeth Barros de Barros.
Coorientador: Diego Arthur Lima Pinheiro.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Esquizoanálise. 2. Psicologia clínica da saúde. 3. Clínica
esquizoanalítica. 4. Produção de subjetividade. 5. Clínica e política.
6. Filosofia da diferença. I. Barros de Barros, Maria Elizabeth. II.
Lima Pinheiro, Diego Arthur. III. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV.
Título.

CDU: 159.9

TUHANY DE OLIVEIRA SABINO

CLÍNICA ESQUIZOANALÍTICA EM DEBATE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional, na linha Subjetividade, Saúde e Clínica. Orientador: Prof.^a Dra. Maria Elizabeth Barros de Barros.

Defendido em ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA:

*Prof^a. Dr^a. Maria Elizabeth Barros de Barros. Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora*

Prof. Dr. Diego Arthur Lima Pinheiro. Universidade Estadual de Feira de Santana

Prof^a. Dr^a. Cristina Rauter. Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jésio Zamboni. Universidade Federal do Espírito Santo

VITÓRIA/ES

2020

DEDICATÓRIA

A Nelson Antônio Alves Lucero, meu professor e hoje grande amigo. Agradeço por sua enorme generosidade e disponibilidade em ensinar aquilo que sabe a mim e aos ouvidos atentos que estão sempre a sua volta.

Aos meus pais por apostarem e apoiarem incondicionalmente minha formação - “sonho que se sonha só é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade”.

A Ana Carolina De Angeli Sabino e Antônia Assunção de Oliveira em memória. As duas foram meu porto seguro em vida, agora, com a ausência de ambas, sigo com as direções que elas me deixaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional dado durante toda minha formação. Agradeço a minha irmã Yasmim pela ajuda na revisão do texto.

Agradeço imensamente a todos os professores do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Faço um retorno aos meus professores da graduação, pois os dois anos dessa pesquisa foram constantemente atravessados por tudo que aprendi com eles. Nesse sentido, agradeço em especial àqueles com quem pude trabalhar mais diretamente: ao professor Geraldo Alberto Viana Murta, meu orientador de Estágio em Clínica, sou grata por me ensinar a sutileza da escuta e responsabilidade social envolvida no trabalho clínico; ao professor Jorge Luís Gonçalves dos Santos, meu orientador em Estágio em Saúde Mental, agradeço pelo rigor e pela densidade com que conduziu nossa trajetória de estágio; à professora Ana Lúcia Coelho Heckert, pelos anos compartilhados no projeto de extensão Andarilhos-essa passagem pelo projeto foi essencial para minha formação.

Agradeço a meu amigo e co-orientador Diego Arthur Lima Pinheiro pela amizade e presença luminosa que exerce em minha vida e, também, por estar sempre disponível para me auxiliar na construção do texto, desde a elaboração do projeto de mestrado até os momentos finais da dissertação. Você me inspira e me apoia com o modo como se dedica a sua carreira docente. Grande abraço, você faz muita falta aqui na Rua Sete.

Agradeço aos colegas do grupo de Pesquisa Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST/UFES) pelo acompanhamento minucioso do meu processo de escrita. Recebi muito carinho e apoio de todos durante esses últimos anos. Obrigada Jomar pela doçura e dedicação. Obrigada Fernanda pela amizade e sensibilidade em escutar e se colocar disponível. Obrigada Cris

Bremenkamp pela amizade, pelos cafés e por muitas horas de conversa sobre nossas dúvidas infinitas sobre a vida adoro fazer você rir e rir das suas “maluquices”.

Agradeço a minha orientadora, Professora Elizabeth Barros de Barros, por ser uma parceira leal desde a graduação em Psicologia, apostando junto comigo nesse projeto e em outros. Agradeço, ainda, por todos os anos de trabalho dedicados à universidade pública, à produção de saber para a criação, à implementação e à defesa de políticas públicas no campo da educação e da saúde. Tem sido um privilégio ser sua aluna por tantos anos. A contribuição do seu trabalho extrapola nossa formação profissional. O trabalho desenvolvido pelos projetos de pesquisa e extensão em que você se envolveu nos deixa um legado ético-político de construção diária de uma universidade pública e uma saúde pública gratuitas e de qualidade. Obrigada por ser essa grande articuladora que coloca todo mundo para trabalhar com paixão.

Agradeço as minhas companheiras de mestrado da Turma 12. Pessoas com trajetórias e realidades muito diferentes, mas que demonstraram um interesse e disponibilidade incomum de construir uma experiência coletiva de pós-graduação. Esse fato foi essencial para atravessar essa experiência com vivacidade, principalmente nos momentos em que precisamos enfrentar dentro da pós-graduação situações de machismo. O enfrentamento desses episódios de modo coletivo e público me mostrou que a ação coletiva tem muito mais a acrescentar a nossas vidas e à sociedade que a proteção do corporativismo. Saímos desse episódio com alguns prejuízos, mas com a certeza de que é preciso continuar lutando. Obrigada a todas e todos que fizeram eco conosco naquela ocasião.

Agradeço aos colegas do Grupo de Estudos Corpo e Clínica, Coletivo Somos Corpos.

Obrigada meu amigo Fabrício Martins Pinto pela amizade, desde a graduação em Psicologia. Você foi quem abriu meus olhos para a possibilidade de cursar o mestrado. Obrigado por me ajudar nos dilemas da escrita e pela leitura cuidadosa do texto.

Agradeço a Wendel de Holanda por sua presença e apoio. Seu carinho e tranquilidade foram imprescindíveis nessa reta final.

Obrigada Martín por dividir a casa, as angústias, muita alegria e tantas horas de conversa sobre tudo dessa vida. A sua forma livre de viver me inspirou e encorajou em direções importantes, muito obrigada.

Agradeço a meu querido professor Robinson Lima - e também grande amigo - por tudo que me ensinou e pela disponibilidade constante em me ajudar nas confusões conceituais em que me envolvo. Grande abraço.

Muito obrigada Denise Colho pela revisão final do texto, sem você não teria dado conta do recado. Agradeço pela generosidade de dedicar seu tempo a esse árduo trabalho de revisão.

*“Escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar,
cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir.”*

(DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 19)

RESUMO

Esta pesquisa buscou apresentar elementos teóricos na obra de Deleuze e Guattari que ofereçam um modo de experimentação esquizoanalítica como ferramenta para o exercício da psicologia clínica de atendimento individual em consultório. Como primeiro movimento deste trabalho, a partir do contexto de Maio de 68 na França, foi apresentada a emergência de um novo cenário político-intelectual para além da psicanálise e do marxismo ortodoxo, no qual ecoariam temas desenvolvidos por Deleuze e Guattari. Em um segundo movimento, foi analisado especificamente sobre os conceitos esquizoanalíticos de produção, inconsciente maquínico, *socius*, desejo, território e máquinas abstratas. Por fim, o terceiro movimento consistiu em um debate acerca da experimentação esquizoanalítica, no qual a prática perspectivada pela noção de produção implica uma clínica dos processos de subjetivação onde desejo e inconsciente são produções do *socius*. Como indicações finais desse percurso de pesquisa, aponta-se promissora a experimentação esquizoanalítica como ferramenta para o exercício da psicologia clínica que tem como perspectiva a produção da diferença.

Palavras-chave: Esquizoanálise. Clínica Esquizoanalítica. Psicologia Clínica. Desejo. Inconsciente Maquínico.

ABSTRACT

This research sought to present theoretical elements in the Deleuze and Guattari's work that offer a form of schizoanalytic experimentation as a tool for the exercise of an individual psychological clinic. At first, from the context of May 68 in France, it was introduced the emergence of a new political-intellectual scenario beyond psychoanalysis and orthodox Marxism, in which themes developed from Deleuze and Guattari would echo. At a second moment, schizoanalytic concepts of production, machinic unconscious, socius, desire, territory and abstract machines analyzed. Finally, the third one consisted in a debate about schizoanalytic experimentation, in which the practice envisaged by the notion of production implies a clinic of the processes of subjectification where desire and the unconscious are productions of the socius. As final indications of this research path, the schizoanalytic experimentation seems to be a promising tool for the exercise of a psychological clinic that has its as perspective the production of difference.

Keywords: schizoanalysis. schizoanalytic clinic. psychological clinic. Desire. machine unconscious.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O SURGIMENTO DE CAPITALISMO E ESQUIZOFRENIA: O ANTI-ÉDIPO. IMPLICAÇÕES COM MAIO DE 1968.....	19
2.1 DO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO E SUAS LINHAS DE COMPOSIÇÃO.....	33
3 SOCIUS, DESEJO E TERRITÓRIO.....	47
3.1 POR QUE FALAMOS EM MÁQUINAS?.....	63
4 INCONSCIENTE MAQUÍNICO E A POSITIVIDADE DO DESEJO.....	76
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CLÍNICA EXERCIDA POR PSICÓLOGOS COMO EXPERIMENTAÇÃO ESQUIZOANALÍTICA.....	83
REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

O conjunto da obra de Deleuze e Guattari recebe diversos nomes: micropolítica, pragmática, esquizoanálise, filosofia da diferença, clínica esquizoanalítica. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa conceitual, que elencou, dentro da produção dos autores, conceitos que são caros à experimentação da esquizoanálise nas experiências com psicologia clínica de atendimento individual em consultório. Serão aqui utilizados preferencialmente os termos esquizoanálise e clínica esquizoanalítica.

Utiliza-se, como referências, as obras “O Capitalismo e esquizofrenia: O Anti-Édipo” (1972/2011), obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari, bem como a “Inconsciente Maquínico” (1988), livro de Félix Guattari. O exercício da prática clínica imprime, à leitura e à escrita, pontos de interesse que aproximam este texto mais de alguns conceitos do que outros. Sendo assim, essa dissertação não pretende um comentário geral da obra de Deleuze e Guattari, e sim uma problematização de um número determinado de conceitos.

Tais obras são relevantes para o tema deste trabalho no que se refere aos seguintes aspectos: instalam uma conceitualização de inconsciente, produção de subjetividade e de desejo, que corroboram para a construção de proposições a respeito de uma possibilidade de fazer clínica perspectivada pela esquizoanálise. Alguns conceitos dos livros “Mil platôs” (1980/2011) e “Diálogos” (1977/2004) foram inseridos na construção do texto, bem como alguns interlocutores como Canguilhem (1965/2012), no que tange às suas contribuições sobre os conceitos de máquina e organismo, e Foucault (2003), quanto à apresentação da mudança de posição do intelectual na análise do lugar de emergência de “O Anti-Édipo” (2011) e às interferências do mesmo na produção conceitual da época na Europa, mas especificamente na França.

Algumas produções brasileiras, como Rolnik (2006), Rauter (2012) e Machado (2010) são alguns dos aliados conceituais desta dissertação.

Aparecerá, ao longo do texto, um diálogo constante entre os conceitos de “O Anti-Édipo” (1972/2011) e “Mil platôs” (1980/2011), de modo que, na construção dos argumentos no texto, os conceitos de Mil platôs, que é uma obra posterior, serão utilizados para pensar os temas e as questões levantadas em “O Anti-Édipo”. O conceito de desejo, por exemplo, que é de suma importância para o tema da clínica, será operado tendo como referência tanto as proposições acerca do desejo em “O Anti-Édipo”, quanto em “Mil Platôs”.

As noções de território, acoplamento e agenciamento são outro exemplo de conceitos importantes que ganharam desdobramentos em “Mil Platôs”, e, quando utilizados aqui, serão tendo em vista as duas obras anteriormente referidas. Os detalhes das modificações operadas nesses conceitos entre uma obra e outra não serão desenvolvidos aqui, porque não está ao alcance desta dissertação e nem compõe seu objetivo específico.

Essa mistura de conceitos entre uma obra e a outra se faz porque, na atualidade, essas produções conceituais e as diferentes leituras sobre elas já se entrecruzaram. Desse modo, pensar partir desses conceitos, hoje, no campo da clínica, coloca a exigência desse intercâmbio entre diferentes obras. Por todas essas razões, o leitor verá, ao longo do texto, a coexistência dos conceitos entre uma obra e outra.

Como primeiro movimento do texto, a fim de contextualizar a emergência do objeto de estudo, fez-se uma discussão sobre os movimentos políticos de 1968 na França. Em um segundo movimento, o texto faz uma apresentação dos conceitos de *socius*, desejo e território junto aos de máquinas sociais, técnicas e desejantes, somadas à noção de produção de subjetividade e de produção desejante, seguindo com o desenvolvimento acerca do conceito de inconsciente maquínico¹, entendido como acoplamento de máquinas abstratas, não metafórico ou metonímico.

1 O conceito de inconsciente maquínico será trabalhado de maneira mais densa no capítulo 4. Por hora, podemos dizer, brevemente, que tal conceito é um dos traços fundamentais de uma clínica esquizoanalítica, pois propõe uma concepção de inconsciente diferente do que já havia sido formulado pelo movimento psicanalítico até aquele momento.

Por fim, desenvolveu-se um debate acerca da clínica perspectivada pela noção de produção, que implica numa clínica dos processos de subjetivação em que desejo e inconsciente são produções do *socius*². Diante do exposto, temos um inconsciente maquínico, que é produzido por elementos além do material psíquico, uma clínica que está atenta para tudo que está além e aquém de uma escuta intimista, isto é, aquela que não considera elementos de transformação histórica e social no processo de subjetivação.³

O que impulsiona este trabalho são as vivências como psicóloga, experimentadas na prática clínica, e as inquietações conceituais que ecoam desde a graduação em Psicologia, concluída no ano de 2017, na Universidade Federal do Espírito Santo. Apesar desta pesquisa não formalizar a condução e a apresentação de caso clínico, a experiência na clínica compõe indiretamente o processo de feitura desta pesquisa.

A noção de clínica, mencionada nesta dissertação e exercida no dia a dia profissional, está inevitavelmente em processo de formulação. Encontra-se na interseção de dois lugares distintos: o fazer da clínica e o fazer da pesquisa. É de dentro desse tensionamento que essa noção vem sendo esboçada, apoiada nos conceitos e na experimentação do exercício clínico - que está constantemente em aberto – do qual se extrai saberes, na medida em que recolhe os efeitos das intervenções. É a partir daí que se constroem orientações para a direção do ato de clinicar; são os seus efeitos que apontam o caminho.

Nesse ponto, é possível registrar ao menos dois elementos que compõe a clínica em questão no presente trabalho: uma clínica que se produz conectada aos fluxos desejantes e ao tempo do inconsciente maquínico. Essa perspectiva clínica está submetida ao processo de produção que ela descreve. Em razão disso, chamá-

2 Desenvolvemos tal conceito no capítulo 3.

3 O livro “A fábrica de interiores - A formação ‘psi’ em questão” (2000), de Luís Antonio Baptista, problematiza essa formação em Psicologia que produz uma escuta intimista dos processos de subjetivação [BAPTISTA, L. A. **A fábrica de interiores**: a formação psi em questão. Niterói: EdUFF, 2000].

la de processual serve para salientar que não parte de um *a priori* no sentido de uma técnica e direção protocolada de antemão. Isso porque a técnica e a direção são construídas a partir do ritmo singular de cada caso. Essa clínica não se faz no vácuo, visto que sua condição de possibilidade está nos agenciamentos que ocorrem durante o processo clínico.

Diante da necessidade de definir essa prática clínica, buscamos uma noção que circunscreva e traduza parcial e provisoriamente a posição teórico-prática adotada para realizar as apostas e as problematizações aqui colocadas. Nesse sentido, tal dissertação propõe entender o espaço da clínica como um tipo de dispositivo, um dispositivo analítico, por assim dizer.

Deleuze (2016) apresenta uma noção de dispositivo a partir da filosofia de Foucault. Segundo o autor, um disposto é um conjunto de diferentes linhas: linhas de força, linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de subjetivação, linhas de brecha, de fissura e de fratura. Essas linhas se entrecruzam e desembocam uma na outra, formando um conjunto heterogêneo. Esse agregado de linhas não homogêneas traça processos em direções diversas, sempre em desequilíbrio, de modo que não formam um sistema fechado, único e universal.

O autor supracitado explicita duas consequências imediatas que resultam da afirmação de um dispositivo composto por múltiplas linhas e que não depende de uma unidade para funcionar e fazer funcionar,

Decorrem daí duas consequências importantes no que concerne a uma filosofia dos dispositivos. A primeira é o repúdio dos universais. Com efeito, o universal nada explica, é ele que deve ser explicado. Todas as linhas são linhas de variação, que não tem sequer coordenadas constantes. O Uno, o Todo, o Verdadeiro, o objeto, os sujeitos não são universais, mas processos singulares, de unificação, de totalização, de verificação, de objetivação, de subjetivação imanentes a dado dispositivo. E cada dispositivo é uma multiplicidade na qual esses processos operam em devir, distintos dos que operam noutro dispositivo. (DELEUZE, 2016, p. 363)

O dispositivo em sua multiplicidade multilinear é uma meada, funciona pelo meio em qualquer direção; suas linhas podem ser desenroladas e vetorizadas em direções diversas, a depender dos acoplamentos operados. Sobre esse aspecto,

afirma: “[...] cada linha é rompida submetida a *variações de direções*, bifrucante e forquilhada, submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos em posição são como vetores ou tensores” (DELEUZE, 2016, p. 359).

Entrar em relação com essas linhas e produzir análises com elas é o que Foucault chama de “trabalho de campo”. Segundo Deleuze (2016, p. 360), “[...] desemaranhar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é montar um mapa, mapografar, agrimensar terras desconhecidas, e é isso que ele chama de ‘trabalho de campo’”. O analista faz esse trabalho de análise das linhas e de construção de mapas quando se ocupa das linhas de subjetivação e também de todas as outras, visto que não estão dissociadas.

Outro aspecto do dispositivo, que faz dele um aliado para delimitar que espécie de clínica essa experimentação teórico-prática propõe, é o que concerne às linhas de visibilidade e dizibilidade presentes no dispositivo. Essas linhas operam por curvas que fazem ver e fazem falar, o que permite afirmar que a relação analítica é atravessada por relações de poder que, por sua vez, produzem real social e subjetividade. Portanto, não há neutralidade na atuação do analista, pelo contrário, há sempre uma implicação, isto é, um nó de relações pelo qual todos nós estamos necessariamente implicados, uma vez que ocupamos diferentes lugares em diferentes relações.

Quanto à implicação, trata-se de um conceito criado por René Lourau a partir de seus trabalhos na Análise Institucional. Nesse sentido, os diferentes lugares ocupados por nós põem a operar efeitos determinados, convocando-nos a responder a partir de um conjunto de saberes e lugares de poder pressupostos, de modo que uma mesma pessoa, num determinado dispositivo, está implicado por condições de gênero, classe, raça, profissão etc.⁴

4 Para saber mais, consultar ALTOÉ, S. (Org.) **René Lourau: analista em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

Sendo assim, quando se aposta que existe uma clínica possível, a partir da experimentação esquizoanalítica, e que tal clínica se diferencia de uma conversa, de uma aula, de uma psicanálise, da clínica médica, dentre outras coisas, é porque se tem o conceito de dispositivo como aliado teórico-prático. Nesse sentido, a delimitação dessa noção de clínica faz-se em um caminho em aberto e, nesse lugar de tensionamento entre clínica e pesquisa, faz-se esse “trabalho de campo”, um trabalho de cartógrafo, que constrói mapas, cartas de inconsciente, que são algumas das ferramentas de trabalho na clínica em questão. Tudo isso resulta na elaboração do seguinte problema: o de buscar os meios para exercício da clínica exercida por psicólogos como experimentação esquizoanalítica.

O panorama de produção de teses e dissertações em torno da clínica esquizoanalítica no Brasil tem um número de produção acadêmica modesto quando comparado com outras perspectivas epistemológicas. Em levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, referente ao período de 2000 a 2020, utilizando os buscadores “clínica esquizoanalítica”, foram encontradas 4 teses e 3 dissertações. No mesmo banco de dados, através dos buscadores “esquizoanálise e clínica”, foram encontradas 9 dissertações e 5 teses.

Na plataforma Scientific Eletronic Library (SciELO), por intermédio das palavras chaves “clínica”, “esquizoanálise” e “psicologia”, foram localizados 6 artigos. Já no Catálogo de Teses e Dissertações Capes, o número de dissertações encontradas foi de 68 e o número de teses 28, quando utilizado o buscador “esquizoanálise”. O buscador “clínica esquizoanalítica” não se mostrou efetivo para o levantamento no catálogo Capes, visto que o maior número de trabalhos localizados correspondia, em sua maioria (cerca de 90%), à clínica médica.

Por tais motivos, o número de trabalhos localizados por esse buscador não foi contabilizado aqui, uma vez que não corresponde à realidade da produção que discute de fato clínica esquizoanalítica. Considerando o número de programas de pós-graduação no país (cerca de 7 mil distribuídos em 350 Instituições de Ensino) e os mais de 50 anos de difusão da esquizoanálise no Brasil, esse número é bastante baixo. Isso porque foram encontrados, nas mesmas plataformas de divulgação

científica, número de produção muito mais expressivo de outras perspectivas teóricas, no que tange à clínica exercida a partir da psicologia.

A maioria dos trabalhos encontrados a partir dos buscadores utilizados está voltada para o estudo dos processos de subjetivação, atenção em saúde mental; outros fazem discussões acerca das interseções com a Psicanálise; encontram-se, também, trabalhos de inflexões no campo da literatura, dentre outros temas em menor número. A apresentação dessa clínica como clínica ampliada⁵ também aparece de maneira recorrente, sobretudo quando ligada às áreas de enfermagem, saúde coletiva, rede básica de saúde, ou parte de profissionais que trabalham em equipamentos ligados ao Sistema Único de Saúde.

Soma-se, a esse dado do levantamento bibliográfico, a experiência de formação em psicologia, a atuação profissional, bem como as experiências em eventos acadêmicos⁶, em que, nas trocas com os demais colegas de área, somos atualizados a respeito da produção das outras universidades do país, sendo possível extrair dessas ocasiões ao menos um panorama informal da situação de difusão da esquizoanálise no Brasil.

Entre os psicólogos clínicos que exercem uma esquizoanálise em seus consultórios, é comum a dificuldade de circunscrever o que se faz simplesmente como clínica esquizoanalítica, ou nomear-se esquizoanalista. Isso faz ecoar uma pergunta permanente nesse circuito da psicologia clínica: em que medida é possível afirmar a esquizoanálise enquanto clínica? Em decorrência de tais aspectos do panorama de produção acadêmica é que se fez a escolha pelo recorte do exercício da clínica individual, tendo em vista que os desafios dessa prática têm sido uma questão pungente no meio clínico e, além do mais, como ficou evidente no levantamento

5 A clínica ampliada é uma das diretrizes que a Política Nacional de Humanização propõe para qualificar o modo de se fazer saúde. Ampliar a clínica é aumentar a autonomia do usuário do serviço de saúde, da família e da comunidade. É integrar a equipe de trabalhadores da saúde de diferentes áreas na busca de um cuidado e tratamento de acordo com cada caso, com a criação de vínculo com o usuário. A vulnerabilidade e o risco do indivíduo são considerados e o diagnóstico é feito não só pelo saber dos especialistas clínicos, mas também leva em conta a história de quem está sendo cuidado. (Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde).

6 Eventos mencionados: Corpocidade 4 e 5 (UFBA), I Seminário Novos Povoamentos (Puc- SP), VIII Seminário Conexões Deleuze (Unicamp).

bibliográfico, encontram-se poucos trabalhos acadêmicos que tratam dessa prática em específico.

Por todas essas razões, a saber: a baixa produção bibliográfica sobre o problema da esquizoanálise enquanto clínica, os limites dessa experimentação esquizoanalítica na sua intercessão com a Psicologia, o modo complexo de pensar os processos de subjetivação a partir da esquizoanálise que contribui com a clínica no sentido de romper com uma concepção de um sujeito fechado em si mesmo, dentre outras; entende-se que uma pesquisa acerca do panorama de produção bibliográfica ao longo desses anos e o estado atual da experimentação esquizoanalítica se faz pertinente.

Desse modo, com o intuito de direcionar o foco para o que se tem produzido como uma possível clínica esquizoanalítica, propõe-se um movimento de detalhamento de alguns conceitos e seus usos no Brasil dentro do campo da psicologia clínica. Os conceitos de Deleuze e Guattari trabalhados ao longo do texto serão aqueles que tensionam as grandes categorias de inconsciente, desejo e subjetividade, categorias essas que atravessam, de uma maneira ou de outra, o campo da clínica.

Tendo os dados do levantamento bibliográfico e essas questões como motor, este trabalho formula o seguinte problema: buscar os meios teórico-práticos para exercício da clínica exercida por psicólogos como experimentação esquizoanalítica.

2 O SURGIMENTO DE CAPITALISMO E ESQUIZOFRENIA: O ANTI-ÉDIPO. IMPLICAÇÕES COM MAIO DE 1968

O retorno, nesta dissertação, aos acontecimentos que antecederam maio de 1968 e os efeitos da convulsão social que esses anos da década de 1960 ocasionaram na França se faz com o intuito de demonstrar em que medida esses eventos têm efeitos em um reposicionamento do papel do intelectual no Ocidente.

Sabendo que o que ganhou expressão na década de 1960 tem ligações com eventos anteriores, resgatamos alguns eventos de outra década igualmente marcante para os intelectuais e a sociedade ocidental, a saber, o período pós Segunda Guerra Mundial. É relevante, para a análise a ser desenvolvida na presente dissertação, atermo-nos ao uso incomum pelo qual passaram alguns hospitais psiquiátricos na Europa, quando tiveram seu funcionamento modificado pelos eventos da grande guerra.

O termo “Psicoterapia Institucional” foi cunhado por Daumezón (1952) em artigo escrito em 1952, circunscrevendo um novo modo de exercer psiquiatria e psicologia dentro das instituições de saúde mental. Esse reposicionamento surge como um dos efeitos do pós-guerra na França, sendo experimentado por François Tosquelles em Saint Alban (hospital psiquiátrico na França, situado na região de Lozère). A chegada de Tosquelles no hospital se fez em razão de sua condição de exilado político proveniente da Espanha. Tosquelles vinha experimentando formas de exercer o cuidado em saúde mental de maneira mais democrática, menos violenta, evitando o modelo de reclusão dos hospitais psiquiátricos desde a década de 1940/50, em razão das experiências que teve durante as guerras.⁷

Ainda na Espanha durante o período da Guerra civil espanhola (1936-1939), conforme destaca Ruiz e outros (2013)

Mira y López ascendeu a chefe do Serviço de Higiene Mental do Exército da República, sendo Tosquelles enviado para a frente sul

⁷ François Tosquelles lutou contra as milícias fascistas na Guerra Civil Espanhola que ocorreu do ano 1936-1939.

como médico-chefe dos serviços psiquiátricos do Exército, criando então uma Comunidade Terapêutica em Almodóvar del Campo. Ali organizou um Serviço, recrutando pessoas para atuar como agentes de saúde, evitando incluir psiquiatras profissionais, no entendimento de que teriam deformação profissional e até mesmo fobia da loucura (RUIZ et al., 2013, p. 857).

Empregar pessoas sem formação no campo da psiquiatria, enfermagem ou psicologia possibilitou um modo de lidar com pacientes psiquiátricos a partir de outros saberes que não os organizados e sistematizados pela ciência e pela medicina, assim dispõe Ruiz et al. (2013, p. 858):

Tosquelles fala que optou pelo recrutamento de leigos, sem experiência de trabalho com pessoas com graves transtornos mentais, pois ao menos seriam menores os preconceitos e teriam uma postura positivamente ingênua com eles. Aposta até mesmo na grande experiência e sensibilidade das prostitutas para a convivência com homens, aproveitando-se de que, com a Guerra, elas tinham sua vida profissional dificultada e até mesmo proibida, formalmente. Teria tido sucesso na empreitada, dado que muitos usuários do Serviço revelaram significativas melhoras <http://pepsic.bvsalud.org/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=article^dlibrary&format=iso.pft&lang=e&nextAction=lnk&indexSearch=AU&exprSearch=RUIZ,+VALERIA+SALEK>.

A valorização de saberes advindos de outros campos, que não a academia e o círculo artístico e intelectual já reconhecido, é um dos aspectos que evidencia o deslocamento do lugar de saber-poder dos intelectuais. As instituições psiquiátricas elencadas sofreram uma modificação forçada pela guerra. A precariedade decorrente dela forçou a criação de novas estratégias no cuidado em saúde mental. A ruptura promovida pelo conflito bélico exigiu a criação de outros recursos terapêuticos, e foi nessa fissura que a aposta de Tosquelles - que tinha um acúmulo de saber em psiquiatria que já vinha nessa direção revolucionária em relação ao *status quo* - teve condições de emergir e ser desenvolvida, conforme relato do autor descrito a seguir:

Ele relata que antes de sua chegada, dado o quadro de abandono pelas condições da 2ª Guerra (na França, 40% dos classificados como doentes mentais morreram de fome), o hospital – medieval, sujo e superpovoado – tinha se tornado um local aberto, de passagem, pois representava o caminho natural por onde os camponeses e suas vacas e mercadorias atravessavam para chegar à feira da região. Este movimento territorial acabava propiciando atividades de comércio e trocas com os internados. Aliás, para Tosquelles, esta era uma importante característica na definição de um Serviço de Psiquiatria: ser um lugar de passagem, um apertamento, e não exclusivamente para os usuários de um hospital psiquiátrico (RUIZ et al., 2013, p. 858).

Sobre o surgimento dessa prática, pode-se falar de uma criação imanente, pois suas condições de proveniência e emergência se fizeram ligadas aos acontecimentos do seu tempo. Esse aspecto imanente que compõe o que viria a ser chamada “psicoterapia institucional” também foi incorporado como um dos componentes da clínica exercida como experimentação esquizoanalítica - ponto esse que será desenvolvido mais adiante.

Ao contrário da maioria dos hospitais psiquiátricos daquele período (1940/1950), as experiências de François Tosquelles em Saint Alban e de Jean Oury em La Borde (também na França) e Franco Basaglia (em Trieste na Itália) buscavam possibilitar a abertura dos hospitais para a comunidade, a fim de permitir aos internos e aos trabalhadores uma vivência comunitária. Essas experimentações no campo da psiquiatria são exemplos de experiências pioneiras no combate ao modelo asilar. Tais experiências influenciaram fortemente intelectuais como Foucault, Deleuze, Guattari, Canguilhem, dentre outros. O próprio Canguilhem e sua família se refugiaram no hospital de Sant Alban durante a segunda Guerra (1939-1945), de onde redigiu os últimos capítulos de “O normal e o patológico” (1982), hospital que, na ocasião, já contava com a presença de François Tosquelles.

Esses espaços se tornaram local de experimentação e, por conseguinte, locais de formação para uma geração de psiquiatras e psicanalistas nos anos que se seguiram ao pós-guerra. Guattari integrou a equipe de La borde, a partir de 1955, em uma conferência que proferiu acerca de sua experiência na instituição. Organizada na forma de texto sob o título de “Práticas analíticas e práticas sociais”, o autor afirma que

Foi então que aprendi a conhecer a psicose e o impacto que poderia ter sobre ela o trabalho institucional. Esses dois aspectos são profundamente ligados, pois a psicose, no contexto dos sistemas tradicionais, tem seus traços essencialmente marcados ou desfigurados. É somente em condição de que seja desenvolvida em torno dela uma vida coletiva no seio de instituições apropriadas que ela pode mostrar seu verdadeiro rosto, que não é o da estranheza e da violência, como tão frequentemente ainda se acredita, mas o de uma relação diferente com o mundo. (GUATTARI, 1992, p. 183).

Esse resgate dos acontecimentos que antecederam a década de 1960 situa o caminho que já havia sido percorrido por esses profissionais até o momento em que esses entram em relação com maio de 1968. Os eventos dessa década afetaram em diferentes graus esses profissionais. Pode-se dizer que aqueles que viveram intensamente as contestações de 1968 tiveram muito mais a aprender do que a ensinar aos pioneiros da democratização da psiquiatria. Tendo isso em vista, passemos à análise dos eventos e efeitos de 1968⁸.

A grande recusa e o ano que não terminou são maneiras de nomear os movimentos de contestação política que tomaram a França na metade para o final dos anos 1960 e que tem seu ápice em maio de 1968. Uma ação de contestação em relação à tradição, aos valores morais, à organização familiar, à organização do trabalho, ao funcionamento da universidade e da escola foi exercida por homens e mulheres dos mais diversos meios e realidades sociais⁹.

A recusa não foi generalizada ou inespecífica, pelo contrário, recusou-se pontual e especificamente: regimes de estado totalitários, uma política partidária que separava vida e política, uma universidade censurada e defasada (com divisão dos alojamentos entre masculino e feminino, matérias ultrapassadas em relação à prática profissional, sistemas de avaliação que os alunos julgavam injustos), recusa à repressão aos movimentos sociais são exemplos dos aspectos da vida que estavam sendo recusados e repensados naquele momento.

Esse movimento de repensar tais aspectos da vida que, em uma análise apressada, pode parecer matéria da vida privada, na verdade, mostra-nos que a grande recusa, que se dirigiu sim, num primeiro momento, a certos estabelecimentos, como ao partido comunista francês, à central sindical dos trabalhadores, à Reitoria da Sorbone, extrapola, em seus efeitos, as reivindicações feitas a tais estabelecimentos. E, no que nos interessa nesta dissertação, como a produção de conceitos e a

8 Para saber mais sobre esse início da psicoterapia institucional, consultar o texto "A transversalidade" no livro *Revolução Molecular* (GUATTARI, 1987), especificamente a nota 1, página 102.

9 Participaram dos protestos e das assembleias organizadas para discutir as ações de maio de 1968 estudantes universitários, secundaristas, professores, mães de alunos, funcionários da Renault, imigrantes argelinos, cineastas, intelectuais etc.

construção de um novo paradigma dentro da produção conceitual, foi afetada por esses movimentos de rua que tomaram Paris em maio de 1968.

Trechos do livro “Deleuze e Guattari: Biografia Cruzada” (2010) nos conta onde estavam cada um dos autores no momento dos acontecimentos de 1968, como eles atravessaram esses acontecimentos e de que modo tudo isso afetou ou não sua produção e sua maneira de enxergar a posição do intelectual. Ter acesso a essas informações é interessante para quem se debruça pelas questões levantadas pela esquizoanálise, na medida em que evidencia como essa produção de conhecimento é imanente. Ser imanente é estar conectado com o diagrama¹⁰ de forças que atravessa seu tempo e sua história. Nesse sentido, uma produção intelectual imanente produz por intermédio das provocações de seu tempo, está impregnado dele. Outra característica da imanência é ser uma produção materialista que significa ser ao mesmo tempo produto e produção.

Um diagrama, segundo Deleuze (2005), é uma cartografia do campo social, tendo funções e matérias informes, recusa todo tipo de formação fixa. Entretanto, é o diagrama essa conformação provisória de funções e formas que faz ver e faz falar. Nas palavras do próprio Deleuze, só pensamos quando somos forçados a pensar. Por essa via, a história nos mostra que a grande recusa forçou ao pensamento, ou a reposicionamentos, tanto referente a aspectos das grandes estruturas sociais (universidades, partidos, hospitais psiquiátricos), quanto a aspectos das relações entre as pessoas, das pessoas com seus cônjuges, patrões, companheiros de partido e na vida cotidiana.

No rastro da atmosfera da grande recusa, Foucault e Deleuze nos falam, em “Os intelectuais e o poder” (FOUCAULT, 2003), do momento de modificação do lugar ocupado por tais figuras. No final da década 1960, alguns começaram a viver de maneira diferente a teoria e a prática. A separação ou a oposição entre teoria e prática, o entendimento de que a teoria se aplicava à prática ou que a prática deveria inspirar

10 “O diagrama não é mais o arquivo, auditivo ou visual, é o mapa, a cartografia, co-extensiva a todo campo social. É uma máquina abstrata. Definindo-se por funções e matérias informes, ele ignora toda distinção de forma entre um conteúdo e uma expressão, entre uma formação discursiva e uma formação não discursiva. É uma máquina quase muda e cega, embora seja ela que faça ver e falar” (DELEUZE, 2005, p. 44).

a teoria e manter, assim, uma relação de reciprocidade entre si, foi gradualmente abandonada por certos intelectuais, “[...] talvez para nós a questão se coloque de outra maneira. As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias” (FOUCAULT, 2003, p. 69). Dessa forma, “[...] a prática é um conjunto de revezamento de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro” (FOUCAULT, 2003, p. 69-70).

Essa mudança de concepção teoria-prática tem alguns efeitos significativos, como, por exemplo, a suspensão da ideia de neutralidade na produção de conhecimento. Atravessar esse “muro” da teoria, como disse Deleuze na sua conversa com Foucault (2003), envolve, da parte do pesquisador e intelectual, reconhecer que ele não é neutro na relação com seu objeto de estudo.

Na produção intelectual imprime-se muito daquele que a produz naquilo que é produzido. Essa constatação pode parecer óbvia hoje para determinados campos das ciências humanas, entretanto, a não neutralidade foi uma posição assumida apenas por alguns nesse campo¹¹. Pois bem, essa mudança na relação teoria e prática ganha ressonância para além do reposicionamento do lugar do intelectual e dos especialistas; analistas, psicólogos, psiquiatras e trabalhadores da saúde mental dentre outros, também foram afetados por essa mudança paradigmática.

Felix Guattari e Suely Rolnik, em “Micropolítica - Cartografias do Desejo” (1996), evidenciam esse novo paradigma, quando apontam para a necessidade de tomada de posição política por parte dos trabalhadores sociais – que inclui psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais. Guattari e Rolnik (1996) afirmam que o trabalhador social ou aquele que se interessa pelo discurso do outro se encontra em uma encruzilhada fundamental, onde deve optar em seguir reproduzindo as relações de poder estabelecidas ou apostar na sustentação da diferença.

Apostar na sustentação da diferença, no contexto referido e a partir do conceito de diferença em Deleuze (2006) é, primeiro, produzir diferença. Produzir a

11 Para saber mais a respeito, consultar: FIGUEIREDO, L. C. M.. **Matrizes do pensamento psicológico**. 14. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

diferença não se resume a fazer diferente daquilo que já foi feito. Sustentar a diferença está ligado ao “o ponto de partida”, que faz diferir em qualidade e natureza. Abrir mão de modelos essencialistas, que, por conseguinte, designam ações adequadas, ou idealmente esperadas, é um primeiro passo para situarmos o que se concebe como diferença. Abrir mão do plano das essências nos coloca em outro plano, o plano de imanência.

Deleuze (2006) destaca que o plano de imanência é um plano intensivo, preenchido por forças e fluxos - ao contrário de formas. Essas forças são pura intensidade e estão em vias de tornar-se algo. O plano intensivo é aquilo que ainda não ganhou forma, por isso oferece múltiplas possibilidades de expressão. O plano de imanência e o plano intensivo tem como qualidade e natureza: a multiplicidade e o intempestivo, que lhe conferem grande possibilidade de variação.

Nessa lógica, produzir diferença é necessariamente produzir a conexão com esse plano intensivo, o que acarreta uma produção singular, porque se faz em condições determinadas, num aqui e agora que não se repete como o mesmo. Portanto, sustentar a diferença é quase sempre produzir bifurcação, torção, uma dobra que une pontos diferentes desse plano intensivo, formando uma invaginação, ou uma dobra, que dá forma e contorno a intensidade possibilitando expressão.

Essa operação também tem grande serventia para definir como entende-se aqui a produção desejante. O desejo anseia forma do mesmo modo que tende sempre para sua efetuação. A forma aqui referida é uma conformação provisória e situada, que reúne intensidades e forças e é necessária para criar condições de efetuação, condições essas responsáveis por criar territórios existenciais, na mesma medida que produz o real social¹². Ademais, essa forma é gerada pelos cortes das máquinas desejantes, que não separam ou dividem, pelo contrário, geram conexões, as quais perpetuam a produção desejante. Portanto, essa produção por cortes é um elemento que salienta a provisoriade e também a porosidade dessa forma e dessa conformação que o desejo tenciona.

12 Considerações sobre o conceito de desejo serão aprofundadas a partir do capítulo 3 “Socius, desejo e território”.

No que concerne à realidade dos trabalhadores sociais, sustentar a diferença, por vezes, requer um rompimento com determinado mandato social. A Psicologia como campo de produção de saber tem, como um dos elementos de seu mandato social, o ajustamento¹³. Diante disso agir em conexão com o plano intensivo, que por sua vez é o plano das multiplicidades, conectar-se ao intensivo numa ação, ou, tomada de posição utilizando-se dos elementos heterogêneos que compõe o diagrama de forças em questão, é o que dá condições para romper com esse mandato. A afirmação da importância de tomada de posição do trabalhador social descontrói o lugar do pesquisador neutro e convoca a construção de um lugar de enunciação local e situado, reconhecendo as posições ocupadas nas relações de poder, o que faz do pesquisador parcial e implicado.

O intelectual foi tido por muito tempo como aquele que, em momentos decisivos da história, no qual a luta política fervilhava, seria o responsável por falar a verdade a aqueles que ainda não podiam vê-la e dizer a verdade em nome daqueles que não gozavam de autoridade suficiente para dizê-la, sendo, portanto, consciência e eloquência das massas (FOUCAULT, 2003). Entretanto, os intelectuais na década de 1960 na Europa começam a entender que eles não são mais responsáveis “[...] por dizer a muda verdade de todos” (FOUCAULT, 2003, p. 71), nem falar pelos grupos. Não são mais os que vão à frente de todos portando o saber, e planejando ações, “[...] aqueles que agem e lutam deixaram de ser representados, seja por um partido ou um sindicato que se arrogaria o direito de ser a consciência deles” (FOUCAULT, 2003, p. 70). Diante disso, a atuação do intelectual passa a ser a luta contra as formas de poder, sendo apenas tempo objeto e instrumento do poder, dos regimes de verdade, da consciência e do discurso.

A modificação do papel do intelectual traz modificações para prática clínica de certos grupos. A experiência de psicoterapia institucional na clínica La Borde, fundada pelo psiquiatra Jean Oury, é um exemplo de uma prática coletiva que procurava repensar a psiquiatria, o lugar do analista e a concepção de tratamento. Félix Guattari integrou a equipe de La Borde por trinta e sete anos, e é certo que o que vivenciou ali

13 Característica muito marcante na psicologia no século XX e que ainda hoje comparece, ainda que ganhe outros nomes. No capítulo 5, a discussão acerca do aspecto do ajustamento será estendida.

teve impactos em sua produção intelectual individual e nas parcerias que estabeleceu ao longo de sua carreira.

Embora o oposto não seja verdadeiro, o colega de trabalho de Guattari em La Borde, Jean Oury, afirma que não se discutiu muito a respeito de o Anti-Édipo na clínica de La Borde. Sua amiga psicanalista Nicole Guillet afirma não ter lido seus livros até o final. Guattari pode não ter ensinado muito com seus livros a La Borde, mas a clínica com certeza ensinou muito a Guattari, que aponta em seu texto “Práticas analíticas e práticas sociais” (GUATTARI, 1992) a importância da transversalização das funções desempenhadas pelos profissionais. O intercâmbio interno dos profissionais por funções que, de início, não eram as suas questiona o lugar privilegiado que costuma se dar aos especialistas em instituições de saúde mental.

Michel Foucault, em seu texto “Anti-Édipo: uma introdução a vida não-fascista” (1991), faz algumas marcações que nos interessam sobre os acontecimentos de 1968. Segundo o autor, naquele contexto na Europa, não era possível pensar muito distante de três eixos centrais: os burocratas do desejo, o militante ideal e os senhores do estruturalismo. Nas palavras do autor, “[...] era preciso estar na intimidade com Marx, não deixar seus sonhos vagabundear muito longe de Freud, e tratar os sistemas dos signos - o significante - com o maior respeito” (FOUCAULT, 1991, p. 81).

Destoando em certa medida, pois o rompimento não é absoluto, da tríade Freud, Marx e Lacan, atravessados pelo movimento de abertura e contestação intensificado por maio de 1968, surgem novas formas de ser, agir e pensar, que se esforçam por construir novas análises, para além da psicanálise - seja ela freudiana ou estruturalista - bem como do marxismo ortodoxo. A grande recusa movimentou filósofos e psicanalistas, em razão de que a construção de análises que admitiam uma maior diversidade de elementos a serem levados em conta, dentro do processo analítico e da produção conceitual. As produções intelectuais acerca do psiquismo, da subjetividade, da militância, são tiradas do hermetismo e de limites que as encerram em si mesmas, na medida em que se ampliam e ganham maior porosidade, evidenciando-se, assim, uma composição feita por acoplamentos entre elementos heterogêneos.

Nessa perspectiva, Foucault afirma que “O Anti-Édipo” vai além de destituir os velhos ídolos, muito menos se pretende a nova referência teórica. Tal livro traz noções novas, conceitos-surpresa, “[...] apoiado sobre noções aparentemente abstratas de multiplicidades, de fluxo, de dispositivos e de alternativas, a análise da relação do desejo com a realidade e com a <<máquina>> capitalista traz respostas a questões concretas” (FOUCAULT, 1991, p. 82).

Em um primeiro contato, os conceitos esquizoanalíticos podem parecer distante da realidade e dissociados da prática. Talvez um dos motivos seja o ineditismo de suas proposições em relação a outros campos da filosofia, dado o momento histórico de seu surgimento, bem como a pluralidade de suas referências teóricas que acarretam, na inclusão em seu arcabouço conceitual, de termos provenientes da Biologia, Física, Matemática, Linguística, Geografia, Geologia dentre outros.

No entanto, um exercício de pensamento esquizoanalítico busca problematizações de questões concretas. Tal conformação conceitual foi o que possibilitou a criação de um ponto de vista sobre o sofrimento psíquico, chamado psiquiatria materialista e pragmática¹⁴. Por intermédio de tal ponto de vista, as condições de adoecimentos são encaradas para além e aquém dos traumas, conflitos de personalidade, identidade. A psiquiatria materialista problematiza as questões entendidas como psíquicas desde o ponto de vista da produção enquanto processo. Ao desnaturalizar práticas, ao criar problemas de pesquisa, estamos mais interessados no “como” e menos com o “porquê” das coisas. “O Anti-Édipo” como um livro de ética, como estilo de vida, se concordarmos com a afirmação de Foucault (1991), faz uso de perguntas pragmáticas em suas análises.

Foucault (1991) afirma ser “O Anti-Édipo” - o livro em si e todo movimento de sua composição, bem como seus efeitos no movimento político e acadêmico - uma das possibilidades de combate do fascismo em nós. Essa possibilidade advém de o fato do livro deslocar o debate político do plano macropolítico para um plano micropolítico, no qual o microfacismo se produz e reproduz. A distinção detalhada de

14 O termo pragmáticapragmático como sinônimo de esquizoanálise é utilizado tendo como referência o livro “Mil Platôs 1” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b)

macropolítica e micropolítica será feita mais adiante, pois a formulação de tais termos é posterior a “O Anti-Édipo”. Entretanto, pensa-se possível a utilização de tais conceitos formulados em “Mil Platôs” como aliados nas análises iniciadas em “O Anti-Édipo”.

A análise de Foucault (1991), que coloca em evidência a contribuição do acontecimento Anti-Édipo no que concerne à análise das relações de poder, é da maior importância, uma vez que “O Anti-Édipo” coloca, em análise, relações de poder que são centrais na organização do *socius*¹⁵ capitalista. O livro vai desnaturalizar a noção familialista de formação da sociedade na cultura ocidental. Ao problematizar a relação papai mãe, desmistifica o complexo de Édipo, a função paterna, a função materna. Ao desnaturalizar um dos pilares da organização social capitalística, o livro amplia, exterioriza ou, em resumo, politiza o debate por discriminar as relações de poder reunidas ali. A ação de politizar é entendida aqui como análise das linhas de composição da realidade, politizar dentro dessa lógica significa considerar que os fenômenos subjetivos se produzem e reproduzem, num plano de composição complexo, ou seja, que é atravessado por elementos de diferentes proveniência e natureza.

Foucault (1991) entende que essa arte de viver ou esse livro de ética instaura alguns princípios essenciais para combater, esse fascismo instalado ou em vias de se instalar. Tais princípios se consubstanciam em: liberar a ação política das formas unitárias e totalizantes, fazer crescer a ação, o pensamento e os desejos por proliferação, justaposição e disjunção, liberar o desejo das velhas categorias do negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), positivar o nômade e o múltiplo, militar seriamente, porém sem tristeza, utilizar a prática política como intensificadora do pensamento e a análise como multiplicadora das formas e dos domínios de intervenção e ação política, desindividualizar pela multiplicação e pelo deslocamento.

Deleuze e Guattari, em entrevista concedida a Raymond Bellour em 1973, afirmam que uma das intenções do livro é pensar uma crítica à psicanálise de fora da psicanálise. As críticas à psicanálise já estavam presentes nos círculos daqueles que

15 A noção de *socius* será desenvolvida no capítulo 3 *Socius, Desejo e Território*.

frequentavam os consultórios e as escolas de psicanálise, mesmo antes de 1968, entretanto, como afirmam os autores, “[...] eles têm suficiente resistência à psicanálise para pensar contra ela, mas, ao mesmo tempo, eles pensam contra ela em termos ainda psicanalíticos. Isso forma um falatório prévio e totalmente independente do nosso livro” (LAPOUJADE, 2018, p.198).

“O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia 1” traz em suas proposições os ecos da intensidade das forças que perpassam 1968. A novidade desse livro e seu efeito “bomba” não se faz por excentricidade ou brilhantismo de seus autores. Os autores enxergam o livro não como livro que deve ser interpretado linha por linha, página por página, sua emergência se faz em relação a um diagrama de forças determinado. Uma obra como “O Anti-Édipo” não se fecha em si mesmo, afinal está conectado com um movimento de protesto geral presente na Europa da época.

Apesar das fortes críticas à psicanálise, “O Anti-Édipo” não é um ante psicanálise. Retomando a análise de Foucault (2003), ressalta-se o fato de que, naquele momento na Europa, havia uma saturação, um cansaço, quanto ao predomínio da psicanálise na sociedade e no modo de entender a vida e as relações humanas. Afetados por essa sensação de saturação que acometia o meio intelectual da época, Deleuze e Guattari experimentam um outro caminho, criam a partir de frequências diferentes da psicanálise, um outro modo de conceber o desejo, o inconsciente e a clínica. A intenção, como afirma Deleuze, foi a de supor “[...] que cada vez mais pessoas estejam fartas. Não lhes propomos alguma coisa, não ousaremos fazer isso. Temos apenas a impressão de que podemos ter uma espécie de eco com elas” (BELLOUR, 2018, p.198).

Como escrevem os próprios filósofos “[...] escrevemos o Anti-Édipo a dois. Como cada um de nós era vários, já era muita gente” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 17), “[...] não há diferença entre aquilo que o livro fala e a maneira como é feito” (IBID, p. 18). Podemos dizer, ainda, que um autor não escreve sem estar impregnado de seu tempo, do mesmo modo que ele porta traços da maneira como é feito, também

traz rastros do tempo em que ele foi feito¹⁶. Portanto, aos acontecimentos de 1968 se somam, anos mais tarde, o acontecimento Capitalismo e esquizofrenia: O Anti-Édipo.

O que foi apresentado até aqui mostra em qual contexto o livro surge, com quem ele dialoga e com quais fatos, o que possibilita entender junto do que ele funcionava, o que ele procurava modificar e quais as lutas que ele gostaria de afirmar. Isso evidencia como é datado; que não se pretende um livro que lança as bases para uma teoria, uma prática clínica através do tempo; ele é situado, suas críticas e proposições são situadas. Como bem afirma Foucault, “[...] ele responde a questões concretas” (FOUCAULT, 1991, p. 82). Retoma-se esse trecho para convidá-los a pensar que o diagrama de forças no qual estamos implicados hoje é outro. O movimento psicanalítico de hoje e a experimentação esquizoanalítica atual, bem como a relação da comunidade acadêmica e intelectual com esses saberes, modificou-se bastante em relação ao contexto de 1968 na França. Portanto, depois de aproximadamente 50 anos de publicação do primeiro volume da obra “Capitalismo e Esquizofrenia: O Anti-Édipo”, pensa-se que fazer um trabalho restrito a uma crítica à psicanálise não seja hoje a tarefa que desperte mais interesse naqueles que experimentam e produzem esquizoanálises.

Depois da difusão da esquizoanálise em diversos campos do saber e de sua impregnação nas práticas clínicas dentro da psicologia notadamente no Brasil e em outros países da América Latina, forjou-se uma prática – de escrita, pesquisa e clínica-híbrida –, que coloca em relação conceitos da Filosofia, Psicologia, Antropologia e vários outros campos. Essa prática, composta por múltiplos referenciais, foi ganhando espaço dentro da Psicologia clínica ao ponto de ser assimilada, como mais uma abordagem psicoterápica, dentro das divisões de teorias e sistemas da psicologia. Mas, se nos atermos às proposições de Deleuze e Guattari, essa caracterização planificada da esquizoanálise como abordagem psicoterápica não é possível, do mesmo modo que também não é possível afirmá-la puramente como escola ou

16 Ainda em tempo: quando digo que o autor não escreve sem estar impregnado de seu tempo, não quero sugerir identificação total, pelo contrário. Segundo Giorgio Agamben (2009), ser inatual, estar em certa medida desconectado permite produzir análises sobre seu tempo, cria a possibilidade de crítica. Para discussão mais densa consultar Agamben (2009).

disciplina. Então seria possível pensar a esquizoanálise como um movimento, uma experimentação, no qual múltiplas apropriações são possíveis?

2.1 DO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO E SUAS LINHAS DE COMPOSIÇÃO

Deleuze e Guattari nos falam de linhas ou segmentos que compõem a subjetividade. Segundo os autores, “somos segmentarizados por todos os lados e em todas as direções. O homem é um animal segmentário. A segmentaridade pertence a todos os estratos que nos compõem. Habitar, circular, trabalhar, brincar [...]” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 92). A segmentaridade tem incidências em todos os âmbitos do vivido, são fatores de ordenamento social e espacial. A noção de estratos, as partes que compõe a nossa subjetividade, são camadas que se formam de maneira ativa pela captura de elementos heterogêneos, advindos do processo de desterritorialização do *socius*, provenientes da erosão das camadas históricas, pessoais, econômicas, etc., elementos esses que, capturados, sedimentam-se aos poucos ou, dito de outro modo, territorializam-se.

Esse movimento de dobramento (desterritorialização e reteterritorialização), segundo os teóricos supracitados, é o que possibilita a formação de estratos que, por sua vez, vão produzir códigos e territórios. O estrato não é um bloco único; dentro da sua composição estão os substratos, os epistratos e os paraestratos. Os substratos fornecem aos estratos materiais do meio externo. Os epistratos, por sua vez, fazem a mediação de materiais, elementos e compostos entre o interior e o exterior do estrato, promovendo, assim, superposições e empuxos de matérias, substâncias, diferenças de concentração e variação. Esse movimento cria, no estrato, novos meios para novas periferias, em relação ao centro do estrato. Os paraestratos, por fim, criam novos meios para novas periferias, fragmentando a camada central do estrato para o lado. Com os paraestratos, as correlações e os traços formais se fazem no nível do limite ou da membrana própria a camada central do estrato.

Retomando a afirmação anterior, os estratos são camadas que compõe as subjetividades, por conseguinte, são atravessados pelas linhas de segmentaridade; eles têm formação processual e composição heterogênea. Os estratos cumprem função de uma base para a sedimentação subjetiva, a construção de seus territórios e as camadas subjetivas, entretanto, sua qualidade de base não o faz imutável. Ele, assim como os demais componentes da subjetividade, está em constante processo de mutação, embora, às vezes, em velocidade imperceptível. Os diferentes tipos de

segmentaridade movimentam de maneira diversa os estratos e os territórios. Portanto, quando se fala de linhas que compõe a subjetividade, está implícita, em sua composição, toda uma diversidade de estratos e territórios.

Existem segmentaridades binárias, como as que definem os gêneros: homem, mulher, as diferenças etárias, adulto, criança, adolescente, idoso. Outro tipo de segmentaridade são as circulares, as profissões de cada um, as profissões ou as atividades de cada bairro. Ainda se tem a definição de uma terceira forma de segmentaridade, a linear, as quais funcionam linearmente, pois encadeiam um processo em outro, conduzem os grupos e/ou os indivíduos a essa entrada e saída em instituições, fases da vida e em processos de um modo geral. Um exemplo seria o percurso de vida comum no ocidente para uma certa parcela da população: família, escola, profissão, casamento etc. Por conseguinte, as segmentaridades binária, circular e linear são modos de expressão da linha dura.

Uma nuance do funcionamento da segmentaridade é o caráter reprodutivo dos seus cortes. Eles encerram processos, ao mesmo tempo que empurram para outros. É um movimento incessante, que produz funcionamentos, modos de vida ou, em outros termos, territórios, territórios existenciais (ser hippie, ser ecologista, ser liberal, ser conservador), territórios semióticos (a linguagem da internet, da publicidade, as gírias dos pequenos grupos).

A segmentaridade ou as linhas de segmentaridade, que os autores dividem em três tipos: linha dura, linha flexível e linha de fuga¹⁷, variam em regime molar e molecular. São distintas em seus termos, sua natureza, e nas correlações que estabelecem. Essas duas segmentaridades distintas são, ao mesmo tempo, inseparáveis, entrecruzam-se e se trocam, de modo que uma desemboca na outra.

Os autores afirmam que, em certa altura do texto “Micropolítica e segmentaridade” (DELEUZE; GUATTARI, 2012), o conceito de segmentaridade foi construído pelos etnólogos para estudar as dinâmicas das chamadas sociedades primitivas, sem aparelho de Estado fixo, como se estruturou a partir do modelo

17 Elas podem ganhar outros nomes, mas costumeiramente os apresentados acima são de uso mais recorrente, para saber mais consultar o texto “Políticas” em Diálogos (DELEUZE; PARNET, 1998).

européu. Entretanto, o que a argumentação teórica aponta é que a segmentaridade também está presente nas formas de exercer poder das sociedades modernas. E que, dentro do aparelho de Estado, a segmentaridade se torna ainda mais dura.

A partir dos termos molar e molecular, aparecem também suas expressões nas relações sociais e de poder, o que podemos nomear de política, emergindo a macropolítica e a micropolítica. No texto, serão mencionados hora o termo macropolítica, que corresponde às organizações sociais molares, enquanto o termo micropolítica está ligado à composição molecular do real social.

Os autores chamam atenção para quatro erros de interpretação acerca do conceito de molecular ou segmentaridade maleável. Vamos a eles: o primeiro é atribuir um juízo de valor ao aspecto maleável, é comum o juízo de que ser maleável é necessariamente bom. Ser flexível nem sempre é ser bom, ou ser melhor que os segmentos duros. A a título de exemplificação, podemos tomar o caso dos microfacismos, com sua segmentação fina, que compõe o desejo dos sujeitos, bem como o desejo do Estado ou de um povo. Esse fato, a maleabilidade do microfacismo, amplia sua potência nociva sobre determinados grupos e para a trama social. Nesse sentido, pode-se desfazer um primeiro mal-entendido, acerca do conceito de molecular, visto que ser maleável e flexível não significam necessariamente ser bom, libertador ou emancipador.

Um segundo equívoco é atribuir ao molecular atributo psicológico, “[...] como se o molecular pertencesse ao domínio da imaginação e remetesse somente ao individual ou interindividual. Mas não há menos real-social em uma linha do que na outra” (DELEUZE; GUATARRI, 2012, p. 102). Em razão disso, afirma-se que molecular não diz respeito à individualidade ou intimidade.

Uma terceira afirmação necessária é quanto à dimensão de grandeza. Molecular não significa menor, não se trata de grande ou pequeno, o fato de o molecular operar por linhas finas, no detalhe, ou atravessar os processos de subjetivação de pequenos grupos, “[...] e se é verdade que o molecular opera no detalhe e passa por pequenos grupos, nem por isso ele é menos coextensivo a todo campo social, tanto quanto a organização molar” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.

102). A sutileza do molecular não limita sua abrangência, pelo contrário, dado a sua facilidade de capilarização, espraia-se com grande facilidade, afinal, em parte, sua força de contágio está justamente na sua miudeza. Isso não é necessariamente bom nem necessariamente ruim, haja vista o exemplo do microfacismo que se potencializa por sua molecularidade, de modo que a capilaridade do molecular é uma característica e um modo, não uma qualidade em si.

Antes da apresentação de como a dimensão molar e molecular se relacionam e determinam-se mutuamente, voltemos à apresentação da dimensão molar da composição social. O molar se expressa nas grandes estruturas sociais; um partido, um exército, uma classe social, são exemplos de estruturas molares. As linhas de segmentaridade dura são produtoras de cortes, por sua vez produtores de forma e organização “[...] por fim, toda segmentaridade dura envolve um certo plano, que diz simultaneamente respeito às formas e ao seu desenvolvimento, aos sujeitos e a sua formação. Plano de organização, que dispõe sempre de uma dimensão suplementar de sobrecodificação” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 157).

Organizar, produzir funções ou assegurar funções e organizações é uma das características da segmentaridade dura; é assim que ela cria sobrecodificação¹⁸, reitera os limites e as demarcações, tais como: se você é mulher logo eis aqui o que deve fazer, se você é criança aqui está a quem deve submeter-se. Isso produz códigos e territórios fixos, que geram uma sensação de segurança, porque oferecem regularidade, previsibilidade, continuidade, aspectos esses que organizam boa parte do real social. Destaca-se que as instituições sociais e o desenvolvimento dos sujeitos são conduzidos na esteira de linhas duras, corroborando com a afirmação dos autores de que somos recortados por tais linhas. A linha dura é uma das linhas de base no processo de desenvolvimento e formação do indivíduo ocidental.

Em razão do caráter acentuado de limitação, prescrição e enrijecimento da segmentaridade dura sobre a produção de subjetividade, na clínica é desejável a

18 Fala-se em sobrecodificação pois ela cria a partir e sobre códigos já existentes. Estamos inseridos no contexto do *socius* capitalista que além de descodificar também sobrecodifica os códigos. A codificação é uma operação própria do *socius* primitivo. Esses aspectos serão detalhados no capítulo 3.

produção de uma dosagem muito afinada com cada caso em questão, que indica o quanto e como se deve investir na produção de linhas de fuga ou linhas dura. Falando a partir da produção de subjetividade de um modo geral, pensando a maneira de socialização a que somos submetidos enquanto grandes grupos, podemos dizer que a linha dura nos são impostas demasiadamente¹⁹ - a ponto de produzir subjetividades achatadas, pálidas, extremamente prejudicadas na sua capacidade de criar e inventar. Subjetividades sufocadas pelo excesso de forma, função e destino; se essa imagem for possível, são catatônicos funcionais, que se movem, porém num movimento de autômato²⁰, que reproduz movimentos em razão de uma engrenagem que assim o determina.

Essas subjetividades enfraquecidas em sua possibilidade de criar, corpos afastados da possibilidade de ação, leva a um sofrimento psíquico pela saturação que tal modo de vida provoca. E o que por vezes decorre desse arranjo sufocado, quando se busca uma saída, é uma entrada brusca e sem uma construção cuidadosa, no plano das intensidades. Esse mergulho descuidado no plano intensivo resulta em seu diametral oposto. Quando a experimentação da intensidade é mais que um determinado modo de vida pode suportar, também pode produzir paralisia, repetição e, desse modo, esvair-se de tudo que poderia ter sido, no que diz respeito a seu potencial de criação.

Vê-se que, no contemporâneo, essa entrada brusca tem encontrado, como uma de suas possibilidades, dentre tantas outras, um ponto de contato com a intensidade por intermédio do abuso de álcool e outras substâncias. Nesses casos, é só pelo abuso de substâncias que alguma desorganização ou flexibilização é possível. O que gera, na maioria das vezes, efeitos nocivos, que não revertem o sofrimento psíquico, pelo contrário, o intensificam e tornam mais complexos os quadros de sofrimento.

19 A aparente liberdade de possibilidades que nosso sistema capitalismo oferece acaba por se converter em uma imposição de produtividade e reinvenção dentro daquilo que o sistema fomenta. Então existe aí muito mais de dureza do que liberdade e inventividade.

20 Invenção engenhosa que permitiu criar bonecos e outros objetos que executam um movimento programado.

Outra maneira conhecida de tentar cavar conexões com o intensivo é por meio de atividades de risco, que levam ao limite da dissolução, para que só assim algo possa ser sentido. Pois bem, é por conta desses efeitos nocivos da segmentaridade dura que apostamos que o exercício clínico deve estar sempre atento quando essa linha compõe, em excesso e de modo generalizado, um mapa subjetivo. Cada modo de vida demanda um grau de cultivo e construção de limite e forma determinados. Em determinados momentos, a maneira de fortalecer a potência criativa e produtora de singularização é levarmos uma boa porção das linhas duras ao esgotamento.

A linha dura nos serve enquanto grandes grupos ou enquanto sujeitos na medida em que nos afeta de maneira positiva com sua capacidade de produzir contornos e, assim, possibilitar a efetuação da produção desejante. Quando o seu caráter de produzir contornos e dar limites se intensifica de maneira desmedida, deixa de contribuir com a produção desejante e passa a ser obstáculo ao desejo e, nesse ponto, entendemos ser necessário desinvestir dela.

A linha dura nos esquadrinha e nos limita, ao mesmo tempo que produz planos de organização que são essenciais para a vida, principalmente para a vida como se apresenta no contemporâneo, esse paradoxo de flexibilização e dureza ao mesmo tempo. Uma vida submetida a um ritmo de produção acelerada que acarreta desterritorialização o tempo inteiro. Dentro desse contexto, a importância dessa linha está em produzir sentido e segurança; porém, um efeito secundário dessa produção de segurança é cairmos em um dos perigos que essa linha comporta: o medo. O medo do desconhecido, da imprevisibilidade, da descontinuidade, da ausência de território fixo. Em suma, medo de tudo que é oposto a linha dura, medo esse que é resultado do enfraquecimento ou empobrecimento subjetivo produzido pelo excesso de forma e pela sobrecodificação exercida pela linha dura.

A linha dura cria a sensação de que a vida não suporta o intempestivo, uma vez que esse sujeito supostamente frágil se vê ameaçado pelo intempestivo e pela multiplicidade. Esse modo de vida, fragilizado pelo excesso de segurança, sente-se prejudicado pela abertura e pela criação. O que em tese poderia levá-lo a criar um certo grau de autonomia e singularização, portanto uma pequena dose de liberdade, é visto como o oposto. A multiplicidade e o plano intensivo se mostram como opressor

e ameaças. E, para fugir dessa ameaça, o medo aciona os velhos territórios, as prescrições, a segmentaridade binária, linear, que designa e restringe ao dar funções e destinos.

Seguindo o argumento do que foi exposto até esse ponto, resultam, no mínimo, duas indicações importantes para a clínica: primeiro, “nem tudo que reluz é ouro”, ou seja, a substituição da linha dura pela linha flexível, ou pela linha de fuga, não é um bem em si. Há que se cultivar as condições para experimentá-las, mostrando-se necessária uma ascese até mesmo para experimentar e desfrutar de autonomia e de liberdade.

A linha de fuga, que é uma linha que se cria ao romper com o que está estabelecido, pode vir a se transformar em linha de abolição. A possibilidade da mutação de uma linha de fuga para uma linha de abolição existe porque, no processo de criação, há um lado positivo de instauração de novos modos ao estabelecer relações de produção com o cosmos, e há também uma face de dissolução e desconstrução que integra esse processo de criação e construção.

Em razão do exposto, o processo de criação, que precisa desfazer as velhas formas para criar outras, pode vir a se intensificar de forma desmedida, tornando-se um fim em si mesmo, em que a abolição é senhora e a criação de novas formas não chega a se instaurar, colocando o processo de mutação em deriva. Muitas vezes essas linhas de abolição desembocam em processos mortificadores, que acabam por implodir a criação e recrudescer as formas de vida, ao invés de expandir a criação no sentido que aquele processo necessita naquele momento. Isso pode acontecer tanto com uma pessoa como com um movimento político revolucionário, com um processo de criação artística, com inovações tecnológicas, dentre outras coisas.

O processo de criação e mutação subjetiva, seja lá qual for, não é um processo pacificado; contém em si contradições, possibilidades de mutação que apontam em diversas direções. Dentro do processo de criação, há uma disputa de forças diversas, cada uma tentando se fazer instaurar. Por isso, o processo de criação guarda em si uma possibilidade de criar e de intensificar uma vida afirmativa, do mesmo modo que também contém em si uma força de dinamite, que pode implodir

sobre si mesma, encerrando a possibilidade de criação e perpetuação da vida criadora e afirmativa.

Diante desse perigo, a indicação é agir com prudência: a prudência é um ritmo que se instaura na experimentação, para que seja possível seguir avançando mesmo em direções arriscadas. Ela funciona como uma sensibilidade aguçada que indica quais os movimentos que podem ser intensificados a cada etapa do processo, sejam eles de territorialização ou desterritorialização. A prudência não é uma moralidade que diz isso pode e aquilo não, não é um sinal de trânsito que acende luzes que permitem ou impedem a passagem, não é um sinal de alerta do tipo alarme de incêndio. A prudência é algo mais sutil, sensível e flexível. É um indicador de intensidade e velocidades possíveis, que possibilita atravessar e avançar por terrenos e experiências difíceis, sem que se produza um esgarçamento ao ponto de converter os sujeitos em farrapos.

A prudência é elemento integrador da experiência, que conserva a quantidade de formas e territórios necessários para que a mudança e o novo advenham, pois a criação não se dá num vácuo, de um ponto zero; dá-se na relação, mesmo que acabe por se diferenciar radicalmente daquilo que a constituía anteriormente. Como afirmam Deleuze e Guattari (2012), é necessário levar sempre consigo o pedaço de uma nova terra. Nesse sentido, a prudência não é filha do medo nem se encontra em cartilhas de prescrição, mas conquistada pela experimentação.

Essa ressalva entre linha de fuga e linha de abolição nos leva a segunda indicação de manejo clínico, que diz respeito a impertinência de tentar construir, na direção do tratamento, um caminho que aponte para autonomia, sem que o sujeito em questão, naquele momento, reúna as condições para iniciar esse processo. Desse modo, o que *a priori* parece um bem em si mesmo, pode se transformar em um fardo. Nesse ponto, refiro-me à condução do tratamento, ao indicar, com isso, que mesmo a velocidade de desterritorialização precisa ser dirigida caso a caso, a partir de uma sintonia fina com aquele que inicia um processo analítico. Mais uma vez, afirmamos que a esquizoanálise não é uma ode à desterritorialização como um fim em si mesma, muito menos uma continuação do processo ao infinito: ela negocia uma quantidade

de expansão e reinvenção possíveis, coteja limiaries de singularização, fazendo oposição ao empuxo e à massificação que o *socius* capitalista impõe.

Daí extrai-se um dos motivos pelos quais a linha dura deve ser desinvestida com cautela. No *ethos* clínico, desinvestir essa linha, levá-la ao esgotamento tem lugar como aposta prudente quando a dureza e rigidez dessa linha não contribui mais para aquilo que ela traz de positivo e passa a gerar efeitos nocivos. Vimos que um dos efeitos produzidos pela linha dura é o medo, que leva ao recrudescimento e ao fascismo, que acaba por dificultar a produção de novas formas de vida de ser e estar no mundo. Dessa maneira, um processo clínico que invista demasiado em linhas duras, afasta-se cada vez mais da possibilidade de produção da diferença e se aproxima pouco a pouco do que Foucault chamou de práticas ortopédicas.

Tendo em vista que uma linha que produz por imposição de segmentaridade dura, graças ao distanciamento o quanto pode do plano intensivo e aproximando-se do plano das prescrições. É nesse sentido que guiar-se pelo plano das prescrições se aproximaria de uma ortopedia analítica ao invés de uma esquizoanálise. Em razão dessas variáveis é que, em esquizoanálise, opta-se pela direção da intervenção conectada ao fora e às linhas de fuga, o que nos conecta a uma direção ética-política, que, por sua vez, demanda- nós uma aproximação constante do plano da micropolítica.

Fazer clínica é fazer macropolítica e micropolítica ao mesmo tempo. O exercício clínico produz subjetividades. A dimensão macropolítica da clínica existe em razão das conexões com as grandes estruturas molares: profissão psicólogo, diagnósticos, laudos, exames psicométricos etc. A dimensão micropolítica do exercício clínico, por seu turno, está em seu *ethos* de sustentação da diferença, que implica produzir, no dispositivo clínico, uma conexão com o plano intensivo, ao conectar-se à multiplicidade dos elementos heterogêneos que compõe as cartas de inconsciente. Nessa acepção, a clínica é composta pelas estruturas molares e moleculares simultaneamente, dado ao fato de ser impossível separar os dois planos.

No exercício clínico esbarramos o tempo inteiro na macropolítica, sendo desejável que o dispositivo clínico se desvencilhe dela. Isso se faz recusando as

generalizações diagnósticas, estruturas que se pretendem universais na produção de interpretação e na criação de sentido. Desse modo, cientes de que o dispositivo clínico produz subjetividade, essa clínica aposta na via micropolítica. O *ethos* clínico em esquizoanálise investe na produção micropolítica, pois, vislumbra nela a possibilidade de agir por intermédio das conexões com o fora e da produção da diferença.

Inegavelmente, o exercício clínico, em esquizoanálise, entrecruza-se com as grandes estruturas molares e a segmentaridade dura, pelo fato de que não existe um círculo hermético no qual resida somente o molecular e o intensivo; não há uma fronteira que exclua uma segmentaridade da outra. Elas relacionam-se o tempo inteiro. À vista disso, é desse lugar intensivo que a clínica está sempre entrando em relação com as grandes estruturas sociais e tende sempre a produzir possibilidade de diferir em relação à estruturação macropolítica.

Produzir diferença em esquizoanálise não se faz para fazer diferente, ou tornar-se diferente. A produção de diferença é crucial, pois, a partir das concepções de Deleuze (2006), o próprio exercício do pensamento se faz pela produção da diferença, que, dentre outras coisas, promove uma cognição, isto é, uma maneira de conhecer e de entrar em relação com o mundo de maneira inventiva e criadora. Inventiva e criadora porque não tem como fim o reconhecimento de um suposto mundo dado, não se trata, portanto, de uma reconhecimento.

Da perspectiva da sustentação da diferença, conhecer é sempre criar em conexão com o intensivo. Portanto, uma clínica da sustentação da diferença se compõe também de segmentaridade dura e de elementos macropolíticos, entretanto, tem, como direcionamento ético, investir nas linhas de fuga, nas segmentaridades flexíveis, pois essas conduzem para criação de uma clínica que singulariza a produção do sujeito no mundo.

Dentro dessa maneira de pensar clínica e política, estão imbricados movimentos subjetivos e movimentações políticas, que se esbarram e trocam entre si. Entretanto, essa relação não é sincrônica. Nem sempre as transformações macropolíticas estão no mesmo passo das transformações do desejo, ou seja, das transformações micropolíticas. Um exemplo desse descompasso entre macro e

micropolítica são as leis que visam a combater a discriminação racial e que tornam o racismo um crime - essas leis, portanto, tem dimensão estrutural e macropolítica no combate ao racismo, pois estão previstas na constituição e são operadas por estabelecimentos do poder judiciário, componente da máquina estatal. Pois bem, a criminalização do racismo não garante que isso tenha efeito de desfazer os microfacismos presentes em cada um de nós. O efeito macropolítico de uma lei pode não acessar a dimensão molecular da prática a ser combatida. Por essa razão, a relação entre macro e micropolítica é constante e ininterrupta, uma avança em razão do limite da outra e, assim, as transformações se operam. Não temos esferas separadas, não há o mundo da micropolítica separado da macropolítica.

Por esse ângulo, no dispositivo clínico, utiliza-se as ferramentas que melhor convém ao avanço do trabalho analítico, para que seja alcançado aquilo que interessa; um dos objetivos que interessa, dentro do processo clínico, é a sustentação da diferença, em que, às vezes, o momento é da macropolítica, outras é da micropolítica. O que orienta a opção por uma e não outra, e que tenta evitar ações sem sentido e com efeitos contrários à sustentação da diferença, é nos conectarmos com o plano intensivo da dimensão molecular, das linhas de fuga e das linhas flexíveis. É na conexão com esse plano intensivo e também com o plano de consistência que se extraem orientações que instrumentalizam, guiam e situam a ação na condução clínica. O plano de consistência é transespacial e transtemporal, não é um lugar e, sim, uma duração, um laço temporário que é preenchido por multiplicidades e intensidades.

Não é privilégio do dispositivo clínico conectar-se ao plano intensivo. Não é só a clínica que dá acesso a esse plano de composições das estruturas de inconsciente, não é só o trabalhador social que é encarregado da produção da subjetividade - até porque esse plano é construído a todo momento e produção de subjetividade é atividade de todos. Deleuze e Guattari (2011b) afirmam que os verdadeiros analistas são James Joyce, Antonin Artaud, Proust, Borges, Lautréamont, Kafka dentre outros - é notório o reconhecimento dado por Deleuze e Guattari à potência clínica da literatura. No entanto, afirmar que a clínica não está exclusivamente ligada ao clínico ou analista não é negar esses lugares, ou condená-los.

Longe de reivindicar um especialismo, isso nos faz entender “qual a parte que nos cabe nesse latifúndio”²¹, situar nossas entradas, nosso alcance clínico e nossas responsabilidades éticas. Quais são as nossas direções na condução de uma experimentação esquizoanalítica? O que nos impede de ações a lá Dom Quixote de La Mancha²²? Apostamos aqui que uma das vias é se colocar permanentemente em questão em relação ao lugar que ocupamos nesse diagrama de forças, que constitui o plano da clínica, e estar atento às direções apontadas pelos efeitos de nossas intervenções. Como orienta Guattari (1987), em “Pistas para uma esquizoanálise - os oito princípios”, aquele que conduz experiências dentro do dispositivo clínico deve colocar a análise permanentemente em análise e não deve atrapalhar o ritmo do próprio inconsciente. Isso não é uma virtude, mas sua função: ele deve colocar seu lugar e sua prática constantemente em questão.

Retomando afirmações anteriores acerca das particularidades do plano analítico, o ponto almejado é o de afirmar que para obter efeitos analíticos – criações de conexões singulares do sujeito com o mundo –, é desejável que o analista atue num nível analítico. Plano analítico esse que se compõe de elementos heterogêneos, ou seja, o plano analítico não corresponde a *setting analítico*²³. Por essa via, nível analítico quer dizer uma ação guiada pelas intensidades do fora, que é diferente de ser guiada pelo lugar de mestre, de professor, do militante, do jurista etc. Fazendo coro com a percepção de que existem diferentes lugares nos quais se fala ou se produzem intervenções e cada lugar gera um efeito diferente. Guattari (1988) afirma que não se fala sempre da mesma maneira,

Pode-se considerar que cada indivíduo transite constantemente de uma língua a outra. Sucessivamente, falará com uma criança como “um pai deve fazê-lo”, ou como um professor, ou como um patrão; á sua amada, falará uma língua pueril; dormindo, mergulhará num

21 Essa paráfrase inspira-se na música de Chico Buarque de Hollanda “Funeral de um lavrador”, lançada em 1968.

22 Ações a lá Dom Quixote de La Mancha faz alusão às confusões de percepção e interpretação dos signos operadas pelo personagem de Cervantes.

23 Segundo Barros (2013), no campo psicanalítico, o *Setting Analítico* é um espaço que se oferece para proporcionar a estruturação simbólica dos processos subjetivos inconscientes, reunindo as condições técnicas básicas para a intervenção psicanalítica. Nesse campo, são englobados todos os elementos organizadores do *setting*; o espaço físico de atuação, o contrato estabelecido para seu desenvolvimento, assim como os princípios da própria relação, transferencial e contratransferencial, estabelecida entre analisando e analista (BARROS, 2013, p. 71).

discurso onírico, depois bruscamente voltará a uma língua profissional quando soar o telefone; e cada vez, será posto em jogo todo um conjunto de dimensões poéticas, estilísticas, retóricas e micropolíticas do discurso (GUATTARI, 1988, p. 25-26).

A partir da afirmação de Guattari (1988), pode-se inferir que, como falantes de várias línguas dentro de uma mesma língua, falamos de lugares diferentes (pai, patrão, filha, etc.), o que, conseqüentemente, leva-nos a falar de formas diferentes. O resultado dessa multiplicidade de lugares de enunciação é uma variação em seus efeitos, portanto, lugares de enunciação e efeitos dos enunciados são heterogêneos. Os acoplamentos e os agenciamentos produzidos pela fala do analista em situação de análise são diferentes dos acoplamentos e agenciamentos quando esse analista fala enquanto pai, por exemplo, “[...] aquilo que chamamos agenciamento é precisamente uma multiplicidade. Ora, qualquer agenciamento tem de comportar linhas de segmentaridade dura e binária, assim como linhas moleculares, ou de declive” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 160).

Um agenciamento, também chamado agenciamento maquínico, é composto por dois eixos: vertical e horizontal. O eixo horizontal abarca dois segmentos: um de conteúdo e outro de expressão. Já no eixo vertical, existem vetores territorializados e reterritorializados, que lhe garantem estabilização; concomitante a esses vetores, têm também vetores de desterritorialização, que dão condições ao movimento do agenciamento, conduzindo-o a outros agenciamentos. Essa conformação do agenciamento possibilita que ele ponha a operar os seguintes funcionamentos:

[...] primeiro, ele opera as coadaptações de conteúdo e expressão num estrato, assegura as correlações biunívocas entre segmentos de ambos, pilota as divisões do estrato em epistratos e paraestratos; depois, de um estrato a outro, assegura a relação com o que é subestrato e as correspondentes mudanças de organização; finalmente, ele é voltado para o plano de consistência porque efetua necessariamente a máquina abstrata em tal ou qual estrato, entre os estratos e na relação destes com o plano (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 111-112).

A figura mítica das amazonas é um dos exemplos de como isso funciona. Diz-se, sobre essa nação antiga de mulheres guerreiras que lutavam montadas a cavalo usando arco e flecha, que amputavam um dos seios para utilizar suas armas, o arco

e a flecha. Tal fato é apresentado como agenciamento maquínico em “Mil Platôs 1”:
“[...] é preciso um agenciamento para que se faça a relação entre dois estratos. [...] as Amazonas não têm que cortar um seio para que o estrato orgânico se adapte a um terrível agenciamento mulher-arco-estepe?” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 112).
Esse exemplo permiti visualizar a forma de conteúdo e a forma de expressão. Forma de conteúdo: o corpo feminino com o seio amputado; forma de expressão: uma mulher guerreira. Em razão disso, afirma-se:

São necessários agenciamentos para que estados de forças e regimes de signos entrecruzem suas relações. São necessários agenciamentos para que seja organizada a unidade de composição envolvida num estrato, isto é, para que as relações entre tal estrato e os outros, entre esses estratos e o plano de consistência, sejam relações organizadas e não relações quaisquer (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 112).

A articulação dos conceitos de agenciamento, estrato, *socius*, desejo, território e máquinas abstratas formam o que se pode chamar de geologia do desejo, forma essa proposta pelos autores para se pensar os processos de subjetivação. E esse arranjo conceitual é o que vai oferecer novas bases para pensar as matérias básicas do universo Psi e do trabalho na clínica a saber: as noções de inconsciente, desejo e subjetividade. Partindo da perspectiva da geologia do desejo, torna-se possível pensar uma análise materialista do sofrimento, que foi nomeado em “O Anti-Édipo” de psiquiatria materialista.

3 SOCIUS, DESEJO E TERRITÓRIO

Como dispõe Roberto Machado “a filosofia de Deleuze, é em última análise, um sistema de relações entre elementos heterogêneos” (MACHADO, 2010, p. 18). Tal conexão entre elementos heterogêneos é forjada por intermédio de um procedimento inspirado na técnica da colagem em pintura, que mistura, ou sobrepõe, diversos materiais e temas em uma tela. A leitura deleuzeana está sempre interessada em utilizar os conceitos para fazer falar, para dar expressão ao seu projeto, por isso é comum dizer que, dentro dessa perspectiva, os conceitos são ferramentas.

Da leitura instrumental que Deleuze faz de outros autores, cria sempre algo novo a partir dos conceitos que “rouba” daqueles que o inspira. O Autor cria e pensa com torções acentuadas, tensionando a relação com o sentido original do conceito. Na parceria com Guattari isso é levado às últimas consequências em “livros bomba”, como as séries “O Anti-Édipo” e “Mil Platôs”. Para a dupla, exercitar o pensamento e fazer filosofia é criar conceitos. Dentro de sua obra, criam conceitos, na mesma medida que recriam outros com suas torções e colagens.

Nessa ótica, Deleuze e Guattari apresentam a noção de *socius* como um dos recortes que compõem “O Anti-Édipo”, recorte esse feito a partir do campo da antropologia. Neste capítulo, interessa-nos entender os três tipos de *socius* apresentados na obra, a fim de situar os agenciamentos maquínicos que produzem os objetos de estudo nesta dissertação. Para isso, devemos nos ater à cartografia traçada por Deleuze e Guattari em “O Anti-Édipo”, desde o *socius* das organizações pré-capitalistas ao *socius* do capitalismo.

Os agenciamentos maquínicos põem em relação os diferentes estratos do *socius*. Têm-se três tipos de *socius*, que são também três tipos de máquinas sociais, além de compostos igualmente das outras espécies de máquinas, que não são mecânicas, que não são feitas de partes internas e externas. Possuir seu próprio motor e ser causa imanente de si mesmo são características das máquinas sociais, o que é o caso do *socius*, “[...] a máquina social é literalmente uma máquina, independentemente de qualquer metáfora, uma vez que apresenta um motor imóvel

e executa diversos tipos de cortes: extração de fluxo, separação de cadeia, repartição de partes” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 188).

De acordo com a cartografia apresentada em “O Anti-Édipo”, vemos que em cada tipo de *socius* é possível encontrar uma relação específica com o desejo. Cada forma de *socius* organiza sua produção social e desejante de uma maneira singular. Mesmo distintas, essas três maneiras de organizar a produção social e desejante são coexistentes: no período de mutação entre uma organização e outra, algo da organização precedente sempre se mantêm. É possível encontrar algo de primitivo no *socius* despótico e algo de despótico no *socius* civilizado. Ainda assim, isso não sugere um continuísmo histórico, posto que as máquinas sociais emergem em razão de diagramas de forças e de relações de poder diferentes um do outro.

Têm-se, pois, *socius* primitivo - que tem, como funcionamento central, codificar os fluxos desejantes; *socius* despótico - nesse caso, a sobrecodificação dos fluxos desejantes assume papel primordial; e *socius* civilizado - que concerne a tarefa de decodificar e axiomatizar. Todos guardam diferenças significativas, que irão desenvolver-se aos poucos.

O *socius* ou relações sociais de produção é a “superfície” na qual toda produção e reprodução social se realiza. Ele se estabelece como um plano onde tudo se dá, produção material, produção desejante, dentre outras, como uma quase causa, de tudo e de si mesmo, de onde tudo emana. O *socius* ou as relações sociais de produção são uma conjunção de fluxos desejantes. Sua tarefa nas sociedades pré-capitalistas era o de codificar os fluxos desejantes.

Um fluxo dá as dimensões expressivas da subjetividade. O que um fluxo ilustra? Em geral algo que passa, que tem um percurso, uma intensidade. Tomemos, como exemplo, o fluxo da lava de vulcão que cobre a superfície sobre a qual desliza, arrasta, queima, modifica. Portanto, ele é também uma força, cria linhas que fazem passar intensidades e impedem outras de passar, produz cortes, delimita diferenças.

Codificar é o mesmo que organizar e/ou demarcar as experiências ao longo da vida de um sujeito, bem como seu lugar na organização social. Como demonstra

Clastres (1978), as etapas da vida nas sociedades tradicionais são marcadas por ritos de iniciação e ritos de passagem, os quais marcam momentos especiais de transição na vida dos indivíduos. A função destes ritos é demarcar uma diferença do sujeito em relação ao grupo, e sua própria modificação dada pelas demarcações rituais. Tais ritos ensinam os indivíduos como se comportar, em que posição se encontra na aldeia, na tribo, o que se espera dele, enfim, o aprendizado da sociabilidade faz-se por intermédio dessas marcações rituais.

O trabalho também é organizado segundo codificações estritas: a caça é atividade masculina enquanto a coleta e o preparo dos alimentos competiam às mulheres²⁴. Os ritos de iniciação, ritos de passagem, a divisão do trabalho traduzem a principal função do *socius*, que se consubstancia em produzir marcas, memória, a fim de definir, delimitar, produzir funções. Assim, o *socius* é inscritor, cobre um campo social, é uma “megamáquina” que possui seus próprios meios de produção e reprodução, “[...] codificar o desejo - e o medo, a angústia dos fluxos descodificados - é próprio do *socius*” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 185).

Segundo Deleuze e Guattari (2011a), a primeira forma de *socius* é a *máquina territorial*, máquina essa que produz inscrição e codifica o desejo. A terra recobre as forças produtivas, determina o uso do solo e sua apropriação, é o corpo pleno das sociedades primitivas. Corpo pleno, pois é a partir dela que tudo emana e se inscreve, ou seja, ela tudo recobre. O corpo pleno da terra está para as sociedades primitivas assim como o corpo pleno do capital está para as sociedades modernas.

Codificar um fluxo significa realizar alguns procedimentos sucessivos, que envolvem sempre separar, demarcar, ordenar, extrair fluxo, por isso Deleuze descreve da seguinte maneira:

E é esta a mais elevada tarefa da máquina social, dado que as extrações de produção correspondem a separações de cadeias, resultando daí a parte residual de cada membro, num sistema global do desejo e do destino que organiza as produções de produção, as

24 O desenvolvimento de tal questão pode ser encontrado no texto “O arco e o cesto” de Pierre Clastres (1978).

produções de registro, as produções de consumo (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 188).

Deleuze e Guattari (2011) sublinham o efeito da codificação da máquina social que produz desejo e destino. Produzir desejo, ou codificar os fluxos desejantes, destinar produções sociais e desejantes, produzir distribuição é incumbência da máquina social, em todas as formas de *socius*. No que concerne às sociedades pré-capitalistas, isso resulta em uma organização social e desejante, marcada por iniciações, ritos de passagem, um pensamento cosmológico que delimita as angústias em razão das conexões com o corpo pleno da terra, “[...] fluxo de mulheres e de crianças, fluxo de rebanhos e sementes, fluxo de merda, de esperma e menstruações, nada deve escapar” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 188). Sob esta perspectiva do *socius* como inscitor, criador de demarcações que impõe restrições de usos e sentidos, também cria fluxos que determina que algo circule e como circula, “[...] só há circulação quando a inscrição exige ou permite” (IBID., p. 189).

Ainda assim, os mesmos autores descrevem que a codificação é uma ação duplicada, na medida que é, a um só tempo, corte/repressão e produção/excitação. O corte não interrompe a produção, ele cria novos destinos, produzindo sempre conexões no momento que corta. A máquina territorial primitiva investe coletivamente nos órgãos, investimento esse que se faz “[...] porque a codificação dos fluxos só se faz na medida em que os órgãos capazes, respectivamente de produzi-los e cortá-los encontram-se cercados, instituídos como objetos parciais, distribuídos e fixados no *socius*” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 189). Esses investimentos coletivos dos órgãos, os ritos de iniciação, promovem sentido de pertencimento, e dessa fixação resulta a possibilidade de partilha do *socius*.

Esse corpo é um corpo “estilhaçado” quando em comparação a uma noção de unidade corporal ou de eu privatizado, entretanto, esse corpo com os órgãos coletivizados encontra-se amarrado, conectado ao *socius* e a coletividade, conexão essa que preenche de sentido esse corpo despossuído de um si mesmo ou de uma individualidade. A privatização dos sujeitos, a privatização do eu, vai se construindo na medida em que o *socius* assim o estimula. É com as modificações da relação do homem com a terra e a propriedade privada que a privatização do indivíduo ganha

contornos e progressivamente força. Veremos isso mais claramente na transição do *socius* despótico para o *socius* da sociedade moderna. Deleuze e Guattari apontam que, nas sociedades pré-capitalistas, “[...] é o investimento coletivo de órgãos que liga o desejo ao *socius* e reúne num todo, sobre a terra, a produção social e a produção desejante”. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a p. 189).

Retoma-se o propósito do capítulo, a fim de demonstrar de que maneira essa forma de *socius* é capaz de promover agenciamentos coletivos de desejo. Sublinha-se que a implicação²⁵ de um *socius* inscritor sobre o desejo é a de condicioná-lo à coletividade muito bem demarcada e delimitada. Tratando-se das sociedades pré-capitalistas quanto aos seus agenciamentos, vejamos o seguinte acerca da dimensão coletiva do desejo,

As unidades nunca estão nas pessoas, no sentido próprio ou “privado”, mas nas séries que determinam as conexões, as disjunções e as conjunções de órgãos. É por isso que os fantasmas são fantasmas de grupo. É o investimento coletivo de órgãos que liga o desejo ao *socius* e reúne num todo, sobre a terra, a produção social e a produção desejante (DELEUZE; GUATTARI, 2011a p. 189).

Os fantasmas de grupo são o depositário coletivo da angústia, tudo o que escapa às codificações estritas se converte em fantasma de grupo, que fomenta os costumes, os códigos, os tabus dentre outras coisas. O que o fantasma de grupo produz? Produz sentido para a lei, que marca os corpos e os órgãos, produz lugar inclusive para aquilo que desvia. Consequentemente, o desvio também tem destino nesse sistema produtivo.

Marcar, ser marcado, produzir memória são características básicas da máquina territorial primitiva, e é sobre as codificações das sociedades pré-capitalistas que a máquina despótica bárbara vai produzir novas bases para outro tipo de *socius*,

25 Implicação é um conceito criado por René Lourau a partir de seus trabalhos na Análise Institucional. Nas palavras do autor, a implicação é um nó de relações, em que todos nós estamos necessariamente implicados, uma vez que ocupamos diferentes lugares em diferentes relações. O diferente lugar ocupado por nós põe a operar efeitos determinados, convocam-nos a responder a partir de um conjunto de saberes e lugares de poder pressupostos, de modo que uma mesma pessoa, num determinado acontecimento, está implicado por condições de gênero, classe, raça, profissão etc. Para saber mais, consultar Altoé (2004).

Todos os fluxos codificados da máquina primitiva são agora impelidos até uma emborcadura onde a máquina despótica os sobrecodifica. A sobrecodificação é precisamente a operação que constitui a essência do Estado, que mede ao mesmo tempo sua continuidade e sua ruptura com as antigas formações: o horror dos fluxos do desejo que não seriam codificados, mas também a instauração de uma nova inscrição que sobrecodifica e que faz do desejo a coisa do soberano, ainda que como instinto de morte (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 254).

É sobre essas camadas anteriores da máquina territorial primitiva que a sobrecodificação do Estado nascente dentro da máquina despótica vai operar. Nessa sequência, acerca da máquina despótica bárbara, ou *socius* despótico, podemos dizer, de saída, que

A instauração da máquina despótica ou do *socius* bárbaro pode ser assim resumida: nova aliança e filiação direta. O déspota recusa as alianças laterais e as filiações extensas da antiga comunidade. Ele “impõe uma nova aliança e coloca-se em filiação direta com deus: o povo deve segui-lo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 254).

No *socius* despótico, surgirá a constituição de uma organização do poder na forma de “[...] ‘megamáquina’ de Estado, pirâmide funcional que tem o déspota no cume como motor imóvel, que tem o aparelho burocrático como superfície lateral e órgão de transmissão, que tem os aldeões na base como peças trabalhadoras” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 254). O que se observa é que os aparelhos burocráticos, militares, tributários, fundiários vão substituir o corpo pleno da terra pelo corpo pleno do déspota. Lembrando que essa expressão “corpo pleno” diz respeito a uma superfície de inscrição e registro, ma qual as codificações de fluxo e desejo se fazem; é nela, por ela e sobre ela que as máquinas abstratas produzem e se acoplam.

Substituir o corpo pleno da terra pelo corpo pleno do déspota desterritorializa a máquina territorial primitiva e afirma um novo funcionamento no que concerne à fixação territorial das pessoas. A terra agora é tomada como objeto que é repartido segundo a designação imperial; o princípio de residência orquestrado por limites de fronteira e noção de propriedade é um efeito do *socius* despótico, portanto, uma desterritorialização em relação à máquina territorial primitiva. A desterritorialização é o processo pelo qual um território, um sujeito, uma forma de governar tem seu estado atual desfeito em função de uma nova conformação que se instala. Ao processo de instalação da nova conformação do sujeito, território, da forma de governar se chama

reterritorialização, em que novas formas e funcionamentos são estabelecidos. A tese de “O Anti-Édipo” (2011a) vai mostrar que esses movimentos funcionam juntos e simultaneamente, que a formação do *socius* se dá por sucessivos movimentos de territorialização e desterritorialização.

Quando se passa do *socius* primitivo ao *socius* despótico bárbaro, os signos da terra perdem sua força, a terra passa a ser propriedade do Estado, que a distribui segundo seus interesses. Essa operação que deslegitima a máquina territorial primitiva quando a desterritorializa produz uma falsa territorialização, uma territorialização enfraquecida. A ligação com a terra passa a ser feita por intermédio de um título de propriedade, o que fragiliza essa conexão antes tão absoluta e tecida por um sentido complexo. Isso já nos dá indícios que o *socius* despótico opera por uma sobrecodificação dos fluxos do desejo.

Como efeito da sobrecodificação, a ruptura da conexão direta das pessoas com a terra faz com que essa conexão e toda a produção de sentido tenham de passar pelo corpo do déspota e pelo aparelho de Estado. Digamos que essa é a pré-história da descodificação dos fluxos desejantes. Ver-se-á que esse descolamento da relação dos signos da terra será posteriormente, no *socius* civilizado, a primeira semente a germinar e se estabelecer, naquilo que, como veremos, os autores nomeiam de axiomática capitalista. O rompimento do cordão umbilical do homem com a terra e a introdução de uma mediação através do corpo do déspota, do título de propriedade, da moeda, é o que dará condições para a descodificação radical instaurada pela axiomática das quantidades abstratas em forma de moeda, o corpo pleno do capital.

É importante notar que as modulações do exercício de poder e a modulação do desejo têm, como um de seus agentes no *socius* despótico, o surgimento da escrita. Com o advento da escrita, a lei que se expressava por explicações cosmológicas envolvendo elementos da natureza, em razão da importância da terra nas sociedades pré-capitalistas, agora se exprime pela escrita. Essa lei media a relação do homem com o território, com a propriedade e sua subserviência em relação ao déspota. A forma da lei se modifica, deixa de se inscrever nos corpos ou na forma de suplícios corporais dentro dos ritos de passagem. Por assim dizer, “[...] poder-se-ia acreditar que o sistema de representação imperial é, apesar de tudo, mais doce do

que da representação territorial. Os signos já não se inscrevem em plena carne, mas sobre pedras, pergaminhos, moedas, listas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 254).

Concomitante a isso, o objeto dessa lei também se modifica em certa medida. A defesa da propriedade, dos limites territoriais entre um reino e outro, e a manutenção das castas são centrais para a estrutura despótica de *socius*, de modo que gerir as posses e as fronteiras é a atividade central da lei na máquina despótica bárbara.

Da soma da escrita, da autoridade do déspota - que vem de Deus - e de seu sangue real e dos aparelhos de controle do estado surge a nova forma da lei. Uma lei que se exerce pela voz do déspota sobre os direitos dos cidadãos, sobre sua liberdade, sua conduta moral. Recorrendo aos autores, têm-se a seguinte introdução a essa modalidade de *socius*:

Aí está o essencial: falamos de formação bárbara imperial ou de máquina despótica toda vez que se encontram as categorias de nova aliança e de filiação direta. E dizemos isso seja qual for o contexto desta mobilização, esteja ou não em relação com impérios precedentes, uma vez que em virtude destas vicissitudes a formação imperial se define sempre por um certo tipo de código e de inscrição que se opõe, de direito, às codificações primitivas territoriais. Pouco importa o número da aliança: nova aliança e filiação direta são categorias específicas que dão testemunho de um novo *socius*, irreduzível as alianças laterais e as filiações extensas que a máquina primitiva declinava (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 257).

Diante do exposto, podemos apontar, no *socius* bárbaro, uma ruptura com o senso de comunidade que era produzido em razão das alianças laterais. O senso de coletividade também é modificado pela nova aliança, pela filiação direta do *socius* despótico. Os lugares no *socius* são agora determinados pela voz do déspota. Anteriormente, o curso da vida de um sujeito e de sociedades inteiras era marcado por ritos de passagem, que são por natureza coletivos. Em razão do funcionamento de filiação direta da máquina despótica bárbara, o lugar no *socius* se faz por outorga, sendo as castas quem organizam e controlam a circulação das pessoas.

Nessa altura é prudente perguntar: quais os efeitos desse funcionamento sobre o desejo? Vejamos:

O corpo pleno como *socius* deixou de ser a terra e deveio o corpo do déspota, o próprio déspota ou o seu deus. As prescrições e proibições que o tornam quase sempre incapaz de agir fazem dele um corpo sem órgãos. Ele é a única quase-causa, a fonte o estuário do movimento aparente. Em vez de desligamentos móveis da cadeia significativa, um objeto destacado saltou para fora da cadeia; em vez de extração de fluxos para um grande rio que constitui o consumo do soberano: mudança radical de regime no fetiche ou no símbolo. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 258).

As incidências desse tipo de *socius* sobre o desejo são muito semelhantes às suas incidências sobre a terra: desconecta-a da coletividade na medida em que a privatiza e fragiliza seu sentido, em razão das repartições arbitrárias que promove. A única maneira de encontrar sentido é tendo fé na voz do déspota enviado de Deus, afinal é pelo corpo e pela palavra do déspota que provém toda explicação sobre o desejo e o destino. Ser cego em obediência e vigilante sobre seus atos é o que orienta o súdito, na sua constituição de sujeito privatizado e assujeitado pela sobrecodificação despótica bárbara.

É nesse lugar paradoxal que o homem moderno começa a se esboçar; é incutido nele uma individualidade, a possibilidade de gerir seus atos, mas, ao mesmo tempo, ele é subjugado em suas possibilidades de gestão de seus atos e seu destino, pois a sobrecodificação despótica o limita, em outras palavras, organiza o destino e o desejo dos indivíduos.

O resultado da equação despótica bárbara para os sujeitos é uma dívida infinita, visto que o sujeito privatizado é cingido por uma dívida infinita advinda dos novos códigos monetários. Esse afastamento dos códigos intrínsecos, típicos do *socius* primitivo, que é realizado pelo *socius* bárbaro, abre caminho, como veremos, para uma descodificação e sobrecodificação. A dimensão da descodificação será explorada intensamente pelo *socius* civilizado. Na esteira da dívida infinita e dos nascentes códigos monetários, a máquina capitalista tem seu ponto de partida e sua operacionalização.

Na máquina capitalista, a função primordial do *socius* é descodificar os fluxos do desejo, “[...] assim, ao contrário das máquinas sociais precedentes, a máquina capitalista é incapaz de fornecer um código que abranja o conjunto do campo social”

(DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 51). A propósito dessa face do *socius* civilizado, pode-se dizer que “[...] sem dúvida, descodificar quer dizer compreender um código e traduzi-lo; porém, mais do que isso, é destruí-lo enquanto código, atribuir-lhe uma função arcaica, folclórica ou residual [...]” (IBID, p. 325). A máquina capitalista substitui os códigos intrínsecos – que organizam sociedades tradicionais – por uma axiomática das quantidades abstratas em forma de moeda, “[...] no dinheiro, ela substitui a própria ideia de código por uma axiomática das quantidades abstratas que vai sempre mais longe no movimento de desterritorialização do *socius*” (IBID., p. 51). Passa-se, por conseguinte, a uma organização social majoritariamente organizada por axiomas, que constituem

[...] um enunciado que não deriva de nenhum outro e nem depende de nenhum outro. No capitalismo, um conjunto de axiomas: a “axiomática” — têm uma função operatória que é bem objetiva, isto é, eles não são nem proposições teóricas e nem algum tipo de fórmula ideológica (GUÉRON, 2017, p. 265).

A axiomática tem basicamente por função operar de maneira paradoxal, tendo em vista que produz uma descodificação dos fluxos desejantes e, em certa medida, flexibiliza os códigos sociais. Entretanto, essa flexibilização, que poderia dar uma impressão de liberdade, é regida pela própria axiomática capitalista, “[...] o que ele descodifica com uma das mãos, axiomatiza com a outra” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 326). Essa contradição revela outra função essencial do *socius* no capitalismo, que é a produção de fluxos desejantes. Ele captura os fluxos desejantes, produz, restringe e limita os movimentos do desejo, mas também os intensifica e fomenta quando necessário.

Diante disso, podemos afirmar que, no *socius* civilizado, as implicações do *socius* sobre o desejo dizem respeito a gerar uma flexibilização, mediada, é claro, pela própria axiomática capitalista. Enquanto, na sociedade primitiva, o desejo era investido coletivamente; nas sociedades civilizadas, ganha a cena a noção de indivíduo autônomo, que pode desejar a partir do seu quadro de referência e daí fazer escolhas, aparentemente autônomas. O desejo, nesses termos, torna-se privado ao mesmo tempo em que é segmentarizado pelo *socius*, ou seja, ditado e forjado por ele. Essa contradição e a esquizofrenia são as marcas do desejo no *socius* civilizado, no qual existe uma suposta privacidade e individualidade, entretanto, com uma margem

muito pequena de autonomia, de modo que as noções de propriedade privada e privacidade, ou, individualidade, inculca o tempo inteiro no processo de subjetivação, estão aí a serviço da axiomática capitalista. Vê-se, no fragmento a seguir, como esses processos trabalham para assegurar tais funcionamentos,

A civilização se define pela descodificação e pela desterritorialização dos fluxos na produção capitalista. Todos os processos são bons para assegurar esta descodificação universal: a privatização que incide sobre os bens, os meios de produção, mas também sobre os órgãos do próprio “homem privado”; a abstração das quantidades monetárias, mas também da quantidade de trabalho; a ilimitação da relação entre o capital e a força de trabalho, e também da relação entre capital e força de trabalho, e também da relação entre fluxos de financiamento e os fluxos de rendas ou meios de pagamento; a forma científica e técnica que os próprios fluxos de código tomam; a formação de configurações flutuantes a partir de linhas e de pontos sem identidade discernível (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 325).

Diante disso, o que se segue é uma formação de *socius* e, por conseguinte, um processo de subjetivação, movido por um buraco negro, se nos permitirmos pegar esse conceito emprestado da física. A produção do *socius* civilizado é uma produção que se extrai quase que da dissolução de qualquer forma, ou cadeia produtiva, “[...] assim a descodificação dos fluxos e a desterritorialização do *socius* formam a tendência mais essencial do capitalismo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 52). Tal axiomática submete, à produção, tanto técnica quanto desejante, o tal grau de contradição e instabilidade, que poderia indicar uma possível dissolução. Entretanto, essa “máquina miraculosa” produz mesmo é por intermédio de tal nível de contradição.

Nesse ponto, há de se perguntar: qual organização do desejo deriva dessa axiomática? Conjunção dos fluxos descodificados. É pela conjunção da desterritorialização e reterritorialização, operada pelo *socius* civilizado, que o desejo adquire seu novo modo: o cinismo. A nova territorialidade é a conjunção da descodificação e da desterritorialização, afinal o corte produtor da máquina capitalista é esquizofrênico. O desejo da máquina capitalista se produz em meio a um *socius*, que tem um sistema produtivo, que não tem limite exterior. O limite do sistema capitalista é interior, produzido por ele mesmo. Limite esse que sempre é deslocado,

pois o capitalismo nunca vai de encontro ao seu limite, ao contrário, ele reproduz, desloca-o, faz extensões infinitas para adiar o fim.

Temos um desejo forjado por uma produção de produção, que renova sempre sua “fonte” e seus meios de manutenção e efetuação e que está sempre criando destino para sua produção ou, mais do que isso, produz sua própria demanda. O funcionamento da axiomática capitalista garante a ela um limite que se auto produz, adiando constantemente seu “fim”, sua pane ou sua parada. Os efeitos de todo esse funcionamento sobre o desejo não poderia ser outro que não uma produção de um funcionamento acelerado e despossuído.

Em decorrência da pluralidade de possibilidades de desejar, que é produzida no sujeito como parte de sua inserção num mercado — uma pluralidade, contudo, que é mediada por limites criados pela axiomática capitalista, é uma pluralidade que não é correspondente à noção de multiplicidade e diferença imbuídas no conceito de desejo enquanto produção —, resultam-se sujeitos aspirados por um ritmo de consumo e produção acelerados. Dragados por um desejo capturado por uma lógica de consumo, sujeitos e consumidores se identificam. As respostas a esse arrastão subjetivo são oferecidas pela mesma máquina que as produziu, o que nos leva a respostas artificiais, porque feitas em regime de urgência, e defasadas em virtude da velocidade acelerada do fluxo desejante da axiomática capitalista. Em virtude de tal funcionamento da axiaomática capitalista diz-se que

É assim que ele é objeto global de um investimento de desejo. Desejo do assalariado, desejo do capitalista, é sempre o mesmo desejo fundado *na relação diferencial dos fluxos sem limite exterior assinalável, e onde o capitalismo reproduz os seus próprios limites imanentes numa escala cada vez mais ampliada, cada vez mais englobante.* (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 317)

Em razão dessa produção fundada na contradição, temos a criação de novos territórios que, impelidos por um ritmo genérico da máquina capitalista, resultam bastante artificiais, em razão do modo como são produzidos, já nascem obsoletos, “[...] só que são arcaísmos com uma função perfeitamente atual, nossa maneira moderna de ‘ladrilhar’, de esquadrinhar, de reintroduzir fragmentos de código, de ressuscitar antigos, de inventar pseudocódigos ou jargões” (DELEUZE; GUATTARI,

2011a, p. 340). Vemos aqui um esforço do *socius* civilizado, ainda presente, porque, necessário à organização da vida, de criar sentido, que é o mesmo que criar territórios, que, por sua vez, possibilitam segurança, zonas de ancoragem provisórias nesse oceano de desterritorialização e reterritorialização constante. De acordo com os autores, a desterritorialização, a axiomática e a reterritorialização são os elementos que dão as dimensões expressivas do desejo no *socius* civilizado.

Sobre o conceito de território, apesar de usarmos o termo território emprestado da geografia, é preciso frisar que o território do qual falamos é sempre um sistema semiótico. Um território semiótico que faz demarcações de limites, designa funções, significados, por intermédio dos sistemas gerais dos signos linguísticos e para além deles. Chama-se território, mas trata-se, ainda, de palavras, de seres falantes, de pessoas de “[...] quem simplesmente ama e é amado. /E lê jornal domingo. / Come pudim de leite e doce de abóbora. /A mulher que engravida porque acha de criança lindo” (MOSE, 2000).

Território não é um espaço, ao contrário, é um ato, que se produz numa interação entre os estratos, nos dobramentos, desdobramentos, erosões e novas sedimentações, ao qual ele é submetido constantemente. Apesar de essa ser uma noção retirada da geografia, o uso feito em esquizoanálise extrapola o sentido e os usos dados a ele em geografia. Território aqui não significa uma porção de terra delimitada por fronteira, território, como já dito, é um ato, existe desde que haja interações e movimentos que permitam trocas que, aos poucos, sedimentam-se e vão ganhando consistência, formando territórios que são verdadeiros universos de referência aos modos de vida.

Como vimos anteriormente, cada tipo de *socius* resulta em um modo de desejar específico, o que é possível por esquizoanálise inserir a noção de produção no desejo, concebendo o desejo como produção. Essa produção tem, como matéria prima e seus agentes, o conjunto das máquinas abstratas e os acoplamentos maquínicos, efetuando, basicamente, três movimentos: corte, extração e fluxo. A produção desejante produz modos de vida, que são acoplamentos de territórios operados pelos acoplamentos maquínicos, esses últimos responsáveis por toda a costura dos elementos heterogêneos que compõe o processo de subjetivação,

configurando-se, portanto, como os grandes produtores de conexão entre as multiplicidades.

Ao produzir-se o desejo, investe-se nos territórios: nos territórios Literário, familiar, acadêmico, dentre outros. Toda nossa produção material, intelectual, técnica, tecnológica é animada e erotizada pelo investimento das máquinas desejantes.

O desejo está sempre em relação com o fora, não há separação entre dentro e fora, mesmo porque se fala aqui do fora enquanto um conceito, não um lugar, na oposição dentro e fora. O fora é o plano intensivo, o plano das multiplicidades, das intensidades em vias de efetuar-se, é o plano das forças antes de ganharem forma nos agenciamentos maquínicos. Interior e exterior não interessam mais, pois “[...] há em toda parte máquinas produtoras ou desejantes, as máquinas esquizofrênicas, toda a vida genérica: eu não-eu, exterior e interior, nada mais querem dizer” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 12).

Nesse sentido, o desejo não é uma superestrutura subjetiva, que teria um lugar dentro de um aparelho psíquico. Ele é máquina desejante; e o que faz de uma máquina uma máquina é sua relação necessária com outras máquinas, “[...] tudo funciona ao mesmo tempo nas máquinas desejantes mas nos hiatos e rupturas, nas avarias e falhas, nas intermitências e curtos-circuitos, nas distâncias e fragmentações, numa soma que nunca reúne suas partes num todo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 61-2). Portanto, o desejo não tem um único lugar, existe na e pelas relações de produção que estabelece.

No processo de produção, como o concebem Deleuze e Guattari (2011a), existem três sínteses produtivas ou sínteses do inconsciente: síntese conectiva, síntese conjuntiva e síntese disjuntiva. Tais sínteses são passivas, isto é, são operações inconscientes movidas pela energia libidinal. Sendo assim, não são operadas pela razão ou pela consciência, ao contrário, operam no sujeito e estão aquém da ação consciente. Destaca-se que as sínteses produtivas promovem a conjunção de fluxos descodificados e objetos parciais. Na concepção esquizoanalítica, a libido é uma energia produtiva que move os cortes e as ligações

entre as máquinas desejanças, que integra o funcionamento da síntese conectiva, sendo fundamental na produção maquínica.

Cada síntese produtiva tem uma função dentro do mecanismo de produção. A síntese conectiva exerce sua função através de uma conjunção aditiva “e...e...e...”, de forma a conectar os objetos parciais e as máquinas desejanças ao fio do desejo. Ela produz conexões contínuas, permitindo a efetuação das demais sínteses conectivas.

Quanto à síntese disjuntiva, opera separações por meio de cortes, que não excluem parte do que corta. O corte aqui não exclui opções, mas produz opções, multiplica a matéria de opção. Ao cortar, criando bifurcações, essa disjunção é solidária. Há uma solidariedade disruptiva nesses cortes, demonstrada pela conjunção alternativa “ou...ou...ou...”.

A síntese conjuntiva, por fim, promove a conciliação dos restos produzidos pelos cortes das demais sínteses. Seu potencial de conjunção reúne os resíduos dos elementos heterogêneos e dos objetos parciais e toda espécie de máquinas sob a forma desse estranho sujeito da esquizoanálise. O sujeito é o que resta da operação produtiva, sendo a síntese conjuntiva aquela que cria as condições finais para que o sujeito devesse como resto desse emaranhado produtivo ou dessa usina superaquecida²⁶. A síntese conjuntiva resulta em uma conjunção que traduz espanto diante da descoberta “então era isso”.

No pensamento esquizoanalítico, o desejo é positividade, pois, enquanto produtivo, é gerador de conteúdo e expressão, isto é, de enunciados que produzem a realidade, nosso *socius*. No caos, na multiplicidade, e até mesmo na crise e na ruptura, aposta-se na possibilidade de fabricar acoplamentos que favoreçam a vida.

Só é possível pensar o conceito de desejo como produção num registro de pensamento que opera de forma oposta à categoria de universalidade e, em contrapartida, adota um modo de pensamento no qual nada transcende à

²⁶ Emprestamos essa expressão de Antonin Artaud, a partir da menção feita às obras do autor por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs* (2011b) e *O Anti-Édipo* (2011a).

multiplicidade e à heterogeneidade do seu plano de imanência. A partir dessa perspectiva, tal complexificação²⁷ do pensamento pode ser constatada através do modo de ordenamento dos territórios e das suas camadas provenientes de diferentes tipos de estratos. É igualmente mista a forma pela qual é pensada a composição do processo de subjetivação, composta não só por elementos psíquicos, mas também arquitetônicos, culturais, geográficos, econômicos, entre outros. Da mesma maneira, enxerga a multiplicidade dos elementos envolvidos no processo de produção do desejo. Conseqüentemente, há uma ligação entre o pensamento complexo e a condição do desejo como produção.

Nessa perspectiva, nada falta ao desejo, pois, pertencendo ao plano de imanência, é igualmente preenchido por sua multiplicidade. Assim sendo, a esquizoanálise afasta-se da posição que afirma o desejo como falta, pois, tal como sustenta Deleuze e Guattari (2011^a, p. 62), o desejo é uma potência criadora e produtiva:

[...] só a categoria de multiplicidade, empregada como substantivo e superando tanto o múltiplo quanto o Uno, superando a relação predicativa do Uno e do múltiplo, é capaz de dar conta da produção desejante: a produção desejante é multiplicidade pura, isto é, afirmação irreduzível à unidade". .

Um desejo produtor e criativo, é assim que se apresenta o desejo na esquizoanálise. A produção desejante se faz em acoplamentos com a produção social e técnica, esferas essas intimamente ligadas. Seria, inclusive, mais correto afirmar que produção social e desejante não se separam, tamanho é o grau de interdependência de uma em relação a outra. Aparece, nesse ponto, outro aspecto relevante da composição do desejo a sua dimensão coletiva, cujos efeitos já são destacados por GUATTARI; ROLNIK (1996, p. 215)

Quando tento colocar o problema do desejo enquanto formação coletiva, evidencia-se logo que o desejo não é forçosamente um negócio secreto ou vergonhoso como toda a psicologia e moral dominantes pretendem. O desejo permeia o campo social, tanto em práticas imediatas quanto em projetos muito ambiciosos. Por não querer me atralhar com definições complicadas, eu proporia denominar desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade

27 Complexificação do pensamento significa um modo de pensar e de produzir conhecimento que admiti que as composições são múltiplas.

de 'criar, de vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores.

Portanto, desejar na esquizoanálise é uma ação afirmativa, positiva. O desejo está sempre produzindo de maneira positiva, entretanto, é importante não confundir essa positividade advinda da produção com a ideia de positivo como adjetivo. Um desejo produtivo não é um desejo que só deseja o bem e sua conservação e a conservação do outro, pois “[...] o desejo não para de trabalhar a história, mesmo nos seus piores períodos. As massas alemãs acabaram por desejar o nazismo” (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 278-279). Nesse entendimento, é vital para a clínica a noção de desejo como produção coletiva. Da associação entre os conceitos de desejo, *socius* e território resulta uma nova base conceitual que instrumentaliza a clínica dentro da pragmática esquizoanalítica.

3.1 POR QUE FALAMOS EM MÁQUINAS?

O termo máquina aparece nas produções conjuntas de Deleuze e Guattari em “O Anti-Édipo” (2011) e “Mil Platôs” (2012) e, também, nas produções individuais de cada autor: de Guattari, em “O Inconsciente Maquinário” (1988) e “Revolução Molecular” (1977/1987); de Deleuze, encontra-se o desenvolvimento do conceito de máquina em livros como em “A ilha deserta e os Outros textos” (2002/2019).

O conceito de máquina, tal qual é utilizado pelos autores supracitados, é uma construção atravessada por traços teórico-conceituais de diversas áreas, como em Canguilhem (2012). Segundo Canguilhem (2012), em seu livro “O conhecimento da vida”, ao longo da construção do campo das ciências biológicas, uma perspectiva epistemológica mecanicista do organismo vivo foi se desenvolvendo. A formulação dessa perspectiva se torna possível na medida em que, na história da humanidade, a criação de ferramentas e máquinas vai se consolidando. Quanto mais se avança na criação técnica e instrumental, na mediação da relação do homem com a natureza e seus meios de trabalho, mais cresce o número de entusiastas da assimilação do corpo humano ao funcionamento das máquinas.

Canguilhem (2012) se dedica ao estudo de alguns elementos que compuseram a perspectiva biológica mecanicista ao longo da história da Filosofia e das Ciências Biológicas, quais seja: “[...] o sentido de assimilação do organismo a uma máquina; as relações do mecanicismo e da finalidade; a reviravolta da relação tradicional entre máquina e organismo; as consequências filosóficas dessa reviravolta” (CANGUILHEM, 2012, p. 108).

A análise traçada por Canguilhem (2012) é bastante pertinente, pois evidencia o processo de composição dessa perspectiva mecanicista do organismo, e veremos que ela – a concepção mecanicista – se confunde com a própria percepção do homem sobre si mesmo. O homem pensa sua biologia e tenta explicar seus fenômenos biológicos e comportamentais em comparação com as leis da mecânica, ou com o próprio funcionamento das máquinas. Um pretenso antagonismo entre essência humana e essência da máquina se dissolve em certos momentos, um conceito ajuda a formar o outro na medida em que os dois evoluem.

Voltando à questão disparadora dessa sessão - “por que falamos em máquinas?” - num campo no qual, aparentemente, só há espaço para o humano, ou o psíquico, o subjetivo. Falamos em máquinas tendo em vista sua função ao longo caminho que percorre dentro da história da Filosofia, que deixou heranças conceituais relevantes. O conceito de máquinas desejantes, máquinas sociais e máquinas técnicas, reunidas sob o conjunto de máquinas abstratas, não caíram do céu²⁸. Deleuze e Guattari não o tiraram da cartola em 1972 com Capitalismo e esquizofrenia.

Segundo Canguilhem (2012), “[...] podemos definir a máquina como uma construção artificial, obra do homem, cuja função essencial depende de mecanismos. Um mecanismo é uma configuração de sólidos em movimento, de tal forma que o movimento não abole a configuração” (CANGUILHEM, 2012 p. 108). O mecanismo

28 Reconheço aqui inspiração no texto de Regina Favre nomeado “As práticas corporais não caíram do céu”. Regina é “Formada em Filosofia pela PUC-SP, psicoterapeuta, educadora e pesquisadora, integra a primeira geração da terapia política do corpo no Brasil, dos anos 1970, quando iniciou-se como terapeuta reichiana em Londres.” (Fonte: <https://laboratoriodoprocessoforativo.com/reginafavre/>)

de um relógio pode ilustrar bem essa passagem, sendo que “[...] o mecanismo, é então, um agrupamento de partes deformáveis com restauração periódica das mesmas relações entre partes” (IBID., p. 109). Uma máquina, por sua vez, “[...] no sentido já definido, não se basta a si própria, pois deve receber, aliás, um movimento que ela transforma. Por conseguinte, só a representamos em movimento em sua associação com uma fonte de energia” (IBID., p. 110). Como veremos mais adiante, esse aspecto relacional das máquinas vai ser mantido dentro da formulação esquizoanalítica de suas máquinas abstratas.

Um dos impactos filosóficos da concepção de máquina e organismo, no que concerne ao que moveria a máquina, ou o que daria vida ao organismo, levanta o problema da liberdade e da servidão, ou, em outros termos, do determinismo e da inventividade. Um dos problemas do modelo mecanicista, quando projetado sobre o humano, é de imprimir um traço de limitação e determinismo, uma vez que a mecânica funciona segundo leis determinadas. Partir dessa perspectiva, por conseguinte, faz com que o pensamento produzido sobre a vida humana, tanto em aspectos biológicos quanto em aspectos psíquicos, decalque, sobre tais aspectos, leis e funcionamentos, que os tornam muito limitados. A impressão de uma vida humana que, supostamente, pode ser programada como uma máquina enfrenta algumas imprecisões, e, sobretudo, gera uma sensação de determinismo, de uma vida que seria regida por algo dado *a priori*. Em razão disso, tal determinismo tomaria da vida sua margem de liberdade.

O surgimento da noção de organismo amplia a visão das Ciências Biológicas para além do modelo da máquina. O organismo, segundo Canguilhem (2012, p. 127), possui um pouco mais de possibilidades de variação do que as máquinas, vejamos porque:

Parece, ao contrário, que essa definição da finalidade convém mais a máquina do que ao organismo. No limite, devemos reconhecer que, no organismo, a pluralidade de funções pode se acomodar com a unicidade de um órgão. Portanto, um organismo tem mais latitude do que uma máquina. Ele tem menos finalidade e mais potencialidades. A máquina, produto de um cálculo, verifica as normas do cálculo, normas racionais de identidade, de constância e de previsão, ao passo que o organismo vivo age segundo o empirismo. A vida é experiência, ou seja, improvisação, utilização das ocorrências. Ela é tentativa em

todos os sentidos. Disso decorre o fato, a um só tempo maciço e com muita frequência desconhecido, segundo o qual a vida tolera monstruosidades. Não há máquina monstro .

Não há máquina monstro, logo nem tudo no humano corresponde à máquina e, sendo mais radical, é justamente o mais característico da vida, humana ou não, que a máquina não possui: a possibilidade de variação em criar soluções para crises em seu funcionamento. A pele sem intervenção externa (medicamentosa, cirúrgica) pode fechar uma ferida, uma máquina não aperta seu próprio parafuso. Nesse ponto, vemos que a concepção mecanicista para entender a vida pode ser descartada em prol de teorias mais complexas.

As máquinas em esquizoanálise não correspondem, por completo, à descrição traçada no mapeamento feito por Canguilhem (2012), não obedecem a cálculos exatos; seu funcionamento e seus acoplamentos não obedecem a programações tão duras, que, em decorrência de uma variação repentina, podem perder sua função. O conceito desenvolvido pelos autores pega emprestado apenas algumas características do funcionamento das máquinas e do organismo, que foram descritas pelo epistemólogo francês. O resultado é a supressão da oposição entre um e outro e a criação de uma terceira coisa, um conjunto de máquinas que eles chamaram de máquinas abstratas, que variam em regime de funcionamentos, sendo divididas em máquinas desejanter, máquinas sociais, máquinas técnicas.

Têm-se então que “[...] uma máquina se define como um sistema de cortes” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 54). E esse corte, por sua vez, é produtor de conexões, uma vez que “[...] as máquinas desejanter são máquinas binárias, com regra binária ou regime associativo; sempre uma máquina acoplada à outra. A síntese produtiva, a produção de produção, tem uma forma conectiva: ‘e’, ‘e depois’...” (IBID., p. 16).

Diante do exposto, podemos notar que o problema de apontar onde está o motor da máquina e como ele funciona ou o que o faz funcionar foi superado, uma vez que “[...] há sempre uma máquina produtora de um fluxo, e uma outra que lhe está conectada, operando um corte, uma extração de fluxo (o seio - a boca)” (IBID., p. 16). Não há um único motor que dá origem ao movimento das máquinas (desejanter e

sociais), elas não estão conectadas a uma chave geral de partida e parada; o que lhe garante seu funcionamento são as conexões constantes entre uma e outra. É a dimensão relacional das máquinas desejantes que poder-se-ia, por ventura, atribuir à alcunha de motor.

Como notei anteriormente, no processo de produção, como o concebem Deleuze e Guattari (2011a), existem três sínteses produtivas: síntese conectiva, síntese conjuntiva e síntese disjuntiva, as quais são passivas, isto é, constituem operações inconscientes, movidas pela energia libidinal. Sendo assim, essas sínteses não são operadas pela razão ou pela consciência, mas operam no sujeito e estão aquém da ação consciente. As sínteses produtivas promovem a conjunção de fluxos decodificados e objetos parciais. Na concepção esquizoanalítica, a libido é uma energia produtiva, move os cortes e as ligações entre as máquinas desejantes e integra o funcionamento da síntese conectiva, sendo fundamental na produção maquínica.

Ainda sobre a categoria de motor, se as máquinas desejantes o possuem, então, ele é a própria síntese produtiva. Com relação à produção das máquinas desejantes, podemos constatar que, “[...] como a primeira, por sua vez, está conectada a uma outra relativamente à qual se comporta como corte ou extração, a série binária é linear em todas as direções” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 16). O funcionamento linear e binário dessas máquinas nos dá indícios de que elas estão distribuídas em um plano, de modo descentrado, o plano de consistência.

O plano é uma imagem recorrente na esquizoanálise, é um elemento diferencial da análise traçada por essa perspectiva conceitual, remete-nos à ideia de superfície. No que concerne ao inconsciente, isso nos permite abrir mão da noção de profundidade psicológica, de um aparelho psíquico que funcione em camadas, para pensar que aquilo que se passa no inconsciente são problemas de superfície. Comumente se diz, em psicanálise, que o inconsciente do psicótico fica a céu aberto, como sinônimo de que tudo está à vista, tudo é literal, sem metáfora. Entretanto, tomando como ponto de partida a perspectiva maquínica, podemos dizer que não é só o inconsciente do psicótico que está a céu aberto, a flor do *socius*, mas o de todos nós. Voltaremos a isso de maneira mais densa adiante.

Retornando ao caso das máquinas desejanter sem motor exterior, e sem chave geral (liga-desliga), que funcionam de forma binária (porque sempre em relação ou fazendo par com outra máquina) e linear (por habitar uma superfície), elas são animadas pelo desejo e “[...] o desejo não para de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários e fragmentados. O desejo faz correr, flui e corta” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 16). Ou seja, mesmo as máquinas sociais e técnicas são investidas de desejo.

Diante do trabalho de distinção feito por Canguilhem (2012) sobre os diferentes tipos de máquinas, nota-se que as máquinas desejanter apresentam algumas características do que esse teórico descreve como mecanismo. Tal como os mecanismos, as máquinas desejanter têm potencial de variação de acordo com as características consideradas, pondo-se a funcionar de acordo com as necessidades do meio. Em decorrência do desarranjo, refazem-se constantemente, e, em virtude das variações, reinventam-se.

Tanto o desarranjo quanto a reinvenção não são virtudes, mas condições de possibilidade das máquinas desejanter. Tais máquinas só funcionam acopladas a outras máquinas, estão sempre em relação com outras máquinas e conectadas necessariamente a um fluxo material contínuo (*Hylê*), com o qual toda máquina estabelece relação de necessidade, “[...] uma máquina-órgão é conectada a uma máquina-fonte: esta emite um fluxo que a outra corta. O seio é uma máquina que produz leite, e a boca, uma máquina acoplada a ela” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 11). Nesse exemplo, fica claro os acoplamentos ou os agenciamentos concretos que as máquinas estabelecem entre si, por isso é possível dizer que “[...] há tão somente máquinas em toda parte, e sem qualquer metáfora: máquinas de máquinas, com seus acoplamentos, suas conexões” (IBID., p. 11).

As máquinas se engendram continuamente umas nas outras, “[...] uma máquina-órgão para uma máquina-energia sempre fluxos e cortes” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 11), essa interação é produtora, há uma produção *maquínica*, uma produção de efeitos, “[...] o presidente Schreber tem os raios do céu no cú. Ânus solar. E estejam certos de que isso funciona. O presidente Schreber sente algo,

produz algo, e é capaz de fazer a teoria disso. Algo se produz: efeitos de máquinas e não metáforas” (IBID. p. 11).

Ao engendrarem-se, as máquinas produzem-se, multiplicam funções ou finalidades, “[...] a boca do anoréxico hesita entre uma máquina de comer, uma máquina anal, uma máquina de falar, uma máquina de respirar, (crise de asma). É assim que todos somos ‘*bricoleurs*’; cada um com suas pequenas máquinas” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 11). Não só desejantes, mais também técnicas e sociais, essas são outras espécies de máquinas que compõe o “*bricoleurs*”, esse sujeito que é maquinado pelas máquinas abstratas. Esse sujeito surge como um resto da operação maquínica, sempre ao lado como peça adjacente. Freud (1976, p.) já dizia que “o Eu não é senhor em sua própria casa”, ou seja, não é o sujeito da consciência que comanda, ninguém é tão dono de si quanto pensa. Ainda hoje concordamos com Freud que o eu, o sujeito da consciência, é causado pelo movimento das máquinas, é mais um produto das máquinas que produzem para ele e todo o resto que o cerca.

Como veremos mais adiante, no processo de produção maquínica, o homem não é o rei da criação. As máquinas desejantes assim o são porque não são máquinas mecânicas, não são máquinas de necessidade, são máquinas intensivas, estão acopladas ao plano de consistência, que é preenchido pelas multiplicidades e agenciamentos maquínicos de desejo. Para entender um pouco mais desta produção maquínica, passemos ainda à exploração das demais máquinas.

As máquinas técnicas, por sua vez, são máquinas que contém em si elementos não humanos, “[...] sob suas formas mais simples, ditas manuais, a máquina técnica já implica um elemento não humano, atuante, transmissor ou mesmo motor, que prolonga a força do homem e lhe permite uma certa liberação” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 11). As ferramentas, os equipamentos eletrônicos ou mecânicos são exemplos de máquinas técnicas. Tais máquinas significaram, para a espécie humana, a otimização de sua força e a manipulação de diferentes matérias, o que, aos poucos, foi gerando efeitos de produção artificial em relação às formas naturais.

O elemento diferencial das máquinas técnicas em relação às demais é que são produzidos pelo homem. Elas não são dotadas de condições para sua própria produção e reprodução, “[...] elas remetem a máquinas sociais que as condicionam e as organizam, além de também limitarem ou inibirem seu desenvolvimento” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 187). A interação da máquina técnica com as demais é constante e pode ser, inclusive, mesclada com máquinas de outras espécies, ou seja, em aspectos diferentes, uma mesma máquina pode ser técnica e social, vejamos, “[...], por exemplo, como máquina técnica, o relógio serve para medir o tempo uniforme e, como máquina social, ele serve para reproduzir a horas canônicas e assegurar a ordem da cidade” (IBID., p. 187-188).

Outro elemento diferencial da máquina técnica é ter, como condição de funcionamento, sua integridade preservada, afinal “[...] em primeiro lugar, as máquinas técnicas só funcionam, evidentemente, com a condição de não estarem desarranjadas; seu limite próprio é o desgaste, não o desarranjo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 49). Diferentemente da máquina desejante, não funciona desarranjada ou avariada; quando assim a fazem, ela passa a ser uma outra coisa. O “[...] regime das máquinas técnicas é o de uma sólida distinção entre meio de produção e produto, distinção graças a qual se pode dizer que a máquina transmite valor ao produto, mas somente o valor que ela perde ao desgastar-se.” (IBID., p. 49).

É comum ver nas artes essa profanação de uma máquina técnica. Por sofrer interferências artísticas, torna-se defeituosa em sua funcionalidade de máquina técnica, transformando-se em objeto de arte, uma máquina desejante, uma máquina social,

O artista é o senhor dos objetos; integra na sua arte objetos partidos, queimados, estragados, para submetê-los ao regime das máquinas desejantes, nas quais o desarranjo faz parte do próprio funcionamento; ele apresenta máquinas paranoicas, miraculantes, celibatárias como outras tantas máquinas técnicas, pronto a minar as máquinas técnicas com máquinas desejantes. Mais ainda: a própria obra de arte é uma máquina desejante (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 49)

Dito isso, nota-se a relação de dependência produtiva que a máquina técnica estabelece com as demais, por não possuir seus próprios meios de produção e

reprodução; “[...] as máquinas técnicas não são uma categoria econômica, e remetem sempre a um *socius* ou máquina social que não se confunde com elas, e que condiciona essa reprodução” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 50). Vide o exemplo do relógio, que é, ao mesmo tempo, máquina técnica e social, mas, mesmo assim, relógios não produzem relógios, “[...] uma máquina técnica não é causa, mas apenas índice de uma forma geral de produção social: assim, as máquinas manuais e as sociedades primitivas, a máquina hidráulica e a forma asiática, a máquina industrial e o capitalismo” (IBID., p. 50).

Por serem índices das formações sociais que as produzem, as máquinas técnicas nos contam a história das formações sociais. Já as máquinas despóticas, que são sociais e desejanter, que se desfazem ao longo tempo, têm partes de sua forma de existência conservadas em suas armas, ferramentas, armaduras, navios de guerra, elementos esses que materializam e podem testemunhar quais eram as formas palpáveis dessa máquina social e desejanter. As máquinas técnicas, por fim, fazem perdurar parcialidades das máquinas desejanter, que por si só se desmanchariam no ar.

A máquina social, a megamáquina, apresenta-se na forma dos grandes conjuntos molares, das grandes instituições que organizam o *socius*. A igreja, a escola, a família, o estado são máquinas sociais e, assim como as demais, investidas a todo tempo por outros regimes de máquinas. Portanto, uma máquina social é atravessada por investimentos das máquinas desejanter, formada por componentes de máquinas técnicas, de modo que a máquina social, quando relativo a uma instituição, pode até ser confundida com uma máquina técnica, que tem suas peças e funcionamento fabricados e manipulados pelo homem. Entretanto,

A máquina social, ao contrário, tem os homens como peças (ainda que os consideremos *com* suas máquinas) e os integra, interioriza-os num modelo institucional que abrange todos os níveis da ação, da transmissão e da motricidade. E ela também forma uma memória sem a qual não haveria sinergia entre o homem e suas máquinas (técnicas) (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 187).

A máquina social é uma entidade coletiva, que está, ao mesmo tempo, sobre e ao lado das demais máquinas na produção social, por isso podemos afirmar que

A máquina social é literalmente uma máquina, independentemente de qualquer metáfora, uma vez que apresenta um motor imóvel e executa diversos tipos de cortes: extração de fluxo, separação de cadeia, repartição de partes. Codificar os fluxos implica todas estas operações. E é esta a mais elevada tarefa da máquina social, dado que as extrações de produção correspondem a separações de cadeias, resultando daí a parte residual de cada membro, num sistema global do desejo e do destino que organiza as produções de produção, as produções de registro, as produções de consumo (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 188).

A máquina social assume diversas formas no *socius*, sendo uma de suas funções primordiais fazer um papel de regente que determina certas conexões e as alinha. E, como a máquina desejante, só funciona desarranjada,

É aí que aparece a identidade da máquina social com a máquina desejante: o seu limite não é o desgaste, mas a falha, ela só funciona rangendo, desarranjando-se, arrebatando em pequenas explosões – os disfuncionamentos fazem parte do seu próprio funcionamento, e este não é o aspecto menos importante do sistema da crueldade. Nunca uma discordância ou um disfuncionamento anunciaram a morte de uma máquina social que, ao contrário, se alimenta habitualmente das contradições que provoca, das crises que suscita, das angústias que engendra e das operações infernais que a revigora: o capitalismo aprendeu isso e deixou de duvidar de si, e até os socialistas deixaram de acreditar na possibilidade da sua morte natural por desgaste. As contradições nunca mataram ninguém. E quanto mais isso se desarranja, quanto mais isso esquizofrenizar, melhor funciona, à americana (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 202).

Alimentar-se do desarranjo e da contradição, eis os elementos que conferem à axiomática capitalística sua complexidade. É de dentro desse regime de produção que nasce o homem moderno, de forma que os modos de vida no *socius* capitalista portam todas essas contradições, bem como o desejo. O desejo pode desejar também sua própria repressão, como apontou Reich, ao afirmar que as massas alemãs não foram enganadas elas desejaram o nazismo (DELEUZE; GUATTARI, 2011a). Sendo assim, essa contradição constitui todo o sistema produtivo do *socius* capitalista e, conseqüentemente, constitui o desejo, pois esse não está fora do *socius*.

O sentido de produção em esquizoanálise é pensado na relação com outros conceitos de produção advindos principalmente dos textos de Marx e da antropologia. Como de costume, no método de recorte e colagem de Deleuze e Guattari (2011a),

alguns elementos desses conceitos intercessores serão abandonados, em prol da criação de novas proposições. Um dos primeiros elementos modificados concerne às etapas do processo produtivo. As relações entre homem-natureza, natureza-indústria e sociedade-natureza formam o conjunto do processo produtivo, que, tradicionalmente, é pensado numa divisão em três âmbitos distintos e relativamente independentes, a saber: “produção”, “distribuição”, “consumo”. Entretanto, na tese esquizoanalítica,

[...] este nível de distinções gerais, considerado na sua estrutura formal desenvolvida, pressupõe (como Marx mostrou) não só o capital e a divisão do trabalho, mas também a falsa consciência que o ser capitalista tem necessariamente de si e dos elementos cristalizados do conjunto de um processo. É que, na verdade – na ruidosa e obscura verdade contida no delírio- não há esferas nem circuitos relativamente independentes: a produção é imediatamente consumo e registro, o registro e o consumo determinam diretamente a produção, mas a determinam no seio da própria produção. De modo que tudo é produção: produção de produções, de ações, de paixões; produções de registros, de distribuições e de marcações; produções de consumos, de volúpias, de angústias e de dores. (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 14).

Perspectivar todas as etapas desse ciclo como produção suprime a distinção entre produto-produtor, homem-natureza e natureza-indústria. Essa produção de produção, que caracteriza a produção maquínica, organiza seu processo produtivo em três sentidos.

Eis aqui o primeiro sentido do processo: “[...] inserir o registro e o consumo na própria produção, torná-los produções de um mesmo processo” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 14). Passa-se de uma relação extrínseca e utilitária do homem com a natureza, e da indústria com a natureza, para uma relação imanente.

Indo na direção apontada no parágrafo anterior, tem-se o segundo sentido do processo:

Homem e natureza não são como dois termos postos um em face do outro, mesmo se tomados numa relação de causação, de compreensão ou de expressão (causa-efeito, sujeito-objeto etc.), mas são uma só e mesma realidade essencial do produtor e do produto (DELEUZE & GUATTARI, 2011a, p. 15).

Na produção maquínica, portanto, há uma troca de “moléculas” entre as máquinas, por serem todas as máquinas tanto produtoras de cortes, quanto produzida por eles. A produção como processo excede todas as categorias ideais e forma um ciclo com o qual o desejo se relaciona como princípio imanente. O processo, por sua vez, tende sempre de um polo ao outro e tende igualmente a sua efetuação.

Desse ponto de vista em que a produção é pensada como processo e que tem, a princípio, três sentidos, vejamos o porquê do entendimento da produção desejante ser relevante para problematizações no campo que os autores nomeiam como psiquiatria materialista,

Eis porque a produção desejante é a categoria efetiva de uma psiquiatria materialista, que situa e trata o esquizo como *Homo Natura*. Com uma condição, no entanto, que constitui o terceiro sentido do processo: que este não seja tomado como uma meta, um fim, nem confundido com sua própria continuação ao infinito. O fim do processo, ou sua continuação ao infinito, que é a mesma coisa que sua paralisação bruta e prematura, acaba causando o esquizofrênico artificial, tal como vemos no hospital, farrapo autístico produzido como entidade (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 15).

Tomar o esquizo ou o *homo natura* como “modelo” para pensar a produção maquínica, ou a produção desejante, foi uma torção operada por Deleuze e Guattari (2011a). Propuseram enxergar, na experiência esquizofrênica, a vivência da natureza como processo de produção. Antes de prosseguirmos, é importante ressaltar que a esquizofrenia aqui não é a condição psiquiátrica descrita como transtorno mental. Isso fica claro na medida em que os três sentidos do processo de produção são descritos.

A produção desejante, bem como “[...] o processo deve tender sempre para sua efetuação, não para alguma horrível intensificação, para algum horrível extremo no qual corpo e alma chegam a perecer” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 15). Usar a desterritorialização e a esquizofrenia para tensionar²⁹ os limites e os ritmos impostos pela descodificação capitalística é o procedimento que garante a experimentação esquizoanalítica, a possibilidade de produzir vida, batalhas contra aquilo que tentar

29 A utilização da palavra tensionar com “s” neste texto tem o intuito de indicar uma ação que produz um questionamento, ou que sustenta uma questão em aberto; produzir tensionamentos na nossa concepção é produzir condições de questionamentos, perguntas, discussões e, por fim, análises.

cercear, mortificar e cafetinar o desejo; a produção de diferença é um “combate” por dentro, levando a desterritorialização às últimas consequências. A esquizoanálise usa o limite do capitalismo, a esquizofrenia, que pode produzir dissipação e sofrimento psíquico, como linha de fuga que faz vibrar o limite. A esquizoanálise não é uma contracultura, um escapismo, é uma batalha por dentro, a linha de fuga não é uma fuga das questões, dos problemas do momento, do limite; a linha de fuga é uma linha de invenção.

Um fenômeno social que ilustra como as máquinas desejantes podem levar a descodificação até as últimas consequências a seu favor é o que se vive hoje, mesmo que de forma minoritária, no campo da sexualidade. A desterritorialização do feminino, masculino, heterossexual, homossexual possibilitam múltiplas formas de viver a sexualidade. Esse fenômeno nos mostra que, quando se toma posse desse movimento de desterritorialização, ele pode ser positivado, produzindo autonomia, zonas temporárias de experimentação libertária.

Diante do exposto acerca do processo de produção no qual evidenciou-se seu caráter produtor e positivo, dando mostras de um sistema que produz suas próprias entradas e saídas com o risco de produzir igualmente suas próprias quimeras, ou sua própria repressão, passa-se, para o capítulo adiante, a análise da categoria de inconsciente maquínico, marcada igualmente pelo caráter produtivo e suas vicissitudes.

4 INCONSCIENTE MAQUÍNICO E A POSITIVIDADE DO DESEJO

Nesta sessão, discutiremos alguns dos conceitos apresentados no livro de Félix Guattari “O inconsciente maquínico: ensaios de esquizoanálise” (1988). As questões colocadas por cada autor se diferem de acordo com cada época. Podemos afirmar que seu tempo é elemento constitutivo no conteúdo e no meio, pelos quais se faz a produção intelectual de cada autor, motivo pelo qual são consideradas questões contemporâneas.

Acerca do conceito de contemporâneo, Giorgio Agamben coloca duas questões fundamentais, a saber: “De quem e do que somos contemporâneos? E, antes de tudo, o que significa ser contemporâneo?” (AGAMBEN, 2009, p. 57). Essas questões são respondidas por basicamente afirmando que somos contemporâneos do nosso tempo, e ser contemporâneo de seu tempo não é aderir e estar em conformidade a ele por completo. Afirma que a contemporaneidade está em conseguir tomar distância de seu tempo, exercer em relação a ela uma conexão e uma desconexão ao mesmo tempo. Para sermos mais precisos, nas palavras de Agamben: “Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual” (IBID., p. 58).

Guattari abre seu livro com uma questão contemporânea, que também utilizarei como ponto de partida, “[...] o inconsciente ainda tem algo a nos dizer? Posemos-lhe tantas coisas nas costas que ele parece ter tomado a decisão de se calar!” (GUATTARI, 1988, p. 9). O que se segue a essa questão é a construção de um conceito de inconsciente bastante diverso do que já havia sido pensado dentro da tradição da clínica psicológica, próprio mesmo do que se convencionou chamar Esquizoanálise. O conceito de inconsciente maquínico e todas as outras elaborações teóricas que ele envolve é uma coordenada essencial para a construção de mapas, cartografias, cartas de inconsciente. Essas ferramentas tomadas de empréstimo da geografia e submetidos a certas torções, aqui e ali, fornecem os meios para uma geologia do desejo.

A etiqueta de inconsciente maquínico, como afirma Guattari (1988), serve para ressaltar seu caráter produtivo, pois “está povoado não somente de imagens e de palavras, mas também de todas as espécies de maquinismos que o conduzem a produzir e reproduzir estas imagens e estas palavras” (GUATTARI, 1988, p. 10). A natureza dos elementos do inconsciente é material e semiótica, Guattari o compreende “[...] como algo que se derramaria um pouco em toda parte ao nosso redor, bem como nos gestos, nos objetos quotidianos, na tevê, no clima do tempo e mesmo, e talvez principalmente, nos grandes problemas do momento” (IBID., p. 9). A partir dessas características iniciais, é possível vislumbrar um inconsciente que é forjado por diversos elementos, que não é privado, é fabricado tanto no interior dos indivíduos, o que produz um modo particular de se relacionar com o mundo, com seus corpos, sua sexualidade, quanto no interior de um grupo, uma instituição, um bairro, uma fábrica, além de ser afetado pela coletividade, pela história, pelas problematizações do seu tempo,

Dito de outro modo, não é o inconsciente dos especialistas do inconsciente, não um inconsciente cristalizado no passado, petrificado num discurso institucionalizado, mas, ao contrário, voltado para o futuro, um inconsciente cuja trama não seria senão o próprio possível, o possível a flor da linguagem, mas também o possível à flor da pele, à flor do *socius*, à flor do cosmos (GUATTARI, 1988, p. 10).

A produção desse inconsciente de interações maquínicas é regida por um tempo contracorrente, em que o que se passa depois pode modificar o que era antes, “[...] ou então que uma mudança no coração do passado, possa transformar um estado de coisas atual” (GUATTARI, 1988, p. 10). Nesse ponto de vista, a experiência não está determinada por uma causalidade ou cristalizada em uma finalidade. As interações maquínicas não são regidas por leis predeterminadas, “[...] estas interações desterritorializadas, abstratas ou, mais resumidamente, estas *máquinas abstratas*, atravessam diversos níveis de realidade, fazem e desfazem estratificações” (IBID., p. 10). O termo máquinas abstrata guarda certa ambiguidade, apesar de assim se denominar, tais máquinas resultam em interações com máquinas e agenciamentos concretos. As máquinas abstratas portam pontos de singularidade adquiridos de suas relações com a história e os elementos heterogêneos - de âmbito cultural, afetivo, material, geográfico, dentre outros.

As máquinas abstratas em sua composição e funcionamento vão questionar a ideia de universais abstratos, formulado, por exemplo, nos conceitos de personalidade e identidade. Esse tempo contracorrente das máquinas abstratas não está atrelado a um tempo único ou universal, ele está em relação com um plano de consistência que, por sua vez, é transespacial e transtemporal, que produz interferência em um coeficiente relativo de existência. O plano de consistência não é um lugar, ele é uma duração, um laço temporário, que dá condições de possibilidade para interações dos acoplamentos maquínicos. Tem-se um funcionamento de grão em grão, de gota a gota, “[...] seu ‘aparecimento’ no real não pretende mais se dar de um só golpe negocia-se a partir de quanta de possíveis” (GUATTARI, 1988, p. 10).

As coordenadas subjetivas e existenciais se fazem por agenciamentos e um movimento de desterritorialização e reterritorialização constantes. Tais modificações subjetivas se dão de modo processual, encadeada com prudência, pois o movimento de desterritorialização e reterritorialização, ao mesmo tempo que descentra, desterritorializa, conduz a territórios de recambio, territórios provisórios com uma precariedade proposital, que permite ir de pouco a pouco para chegar mais adiante.

A força da desterritorialização está aliada ao ato de singularização que, ao mesmo tempo, constrói e desconstrói - cria de imediato novas conexões, duplo movimento esse que é incessante e ininterrupto. Trata-se de um trabalho constante e processual. O inconsciente maquínico é um trabalhador incansável, ele faz mais o trabalho do camareiro que do ator, ele passa, costura, organiza o figurino, não sobe no palco, não interpretaria Hamlet ou o Rei Édipo.³⁰

Os agenciamentos maquínicos só reconhecem identidades e trajetórias relativas, por isso não há uma predeterminação dos agenciamentos, pelo contrário, no plano de consistência e no tempo maquínico, as conexões se dão de maneira diversa, as causalidades não se dão em um único sentido. Não há nenhum agenciamento geral que paire acima ou um ponto fixo que totaliza o conjunto das máquinas abstratas, uma vez que a lógica dos agenciamentos não é a lógica dos conjuntos matemáticos. Os agenciamentos são orquestrados por relações de força e

30 O Príncipe Hamlet é uma personagem central da tragédia *Hamlet* escrita por William Shakespeare. O Rei Édipo é personagem das tragédias gregas *Édipo Rei* e *Édipo em Colono*, escritas por Sófocles.

relações de poder; as composições são determinadas pelas singularidades de cada elemento da relação.

Numa perspectiva maquínica, “[...] o agenciamento coletivo de enunciação fala ‘do mesmo modo’ os estados de coisas, os estados de fato e os estados subjetivos. Não existe, de um lado, sujeito que fala ‘no vazio’ e, de outro, um objeto que seria falado no cheio” (GUATTARI, 1988, p. 13-14). Tanto vazio quanto cheio, “sujeito” e “objeto” são produzidos pelo mesmo processo de desterritorialização; nesta perspectiva, a desterritorialização é primeira em relação à formação de estratos, de modo que a produção subjetiva se dá por meio da operação das três sínteses - síntese conectiva, disjuntiva e conjuntiva -, resultando em uma produção por descentramento e desterritorialização e criando condições de emergência para agenciamentos singulares,

As conexões só são possíveis nos pontos em que as coisas da “natureza” e as coisas da linguagem são desterritorializadas e onde os maquinismos abstratos e os agenciamentos concretos, datados, situados, tornam possível uma conexão de sua desterritorialização. (GUATTARI, 1988, p. 14)

Por esse ângulo, os agenciamentos de fluxo e de códigos antecedem a diferenciação de forma e estrutura, bem como a formação dos estratos e da segmentarização, uma vez que “[...] as máquinas abstratas não funcionam como um sistema de codificação que viria sobrepor-se, do ‘exterior’, sobre as estratificações existentes” (GUATTARI, 1988, p. 14-15). O autor caracteriza as máquinas abstratas como matéria de mutação dentro do movimento de desterritorialização, seus elementos heterogêneos são catalisadores das conexões das desterritorializações e as reterritorializações. Esse movimento não é regido por uma combinatória, por leis linguísticas ou biológicas, portanto, o conjunto das máquinas abstratas acaba por se efetuar como uma pragmática de modo que o autor afirma,

[...] “descendo” dos campos pragmáticos aos agenciamentos, dos agenciamentos aos componentes, depois dos componentes às matérias de expressão, veremos que não passaremos necessariamente do complexo ao simples. Não poderemos nunca estabelecer hierarquia sistêmica definitiva entre o elementar e o composto. O elementar pode sempre, em certas condições, fazer emergir potencialidades novas; proliferar e implicar remanejamentos

no seio dos agenciamentos aos quais se refere. (GUATTARI, 1988, p. 15)

Isso posto, percebe-se que o inconsciente maquínico não é estruturado seguindo uma hierarquia. As conexões estabelecidas no inconsciente maquínico, por intermédio dos elos pragmáticos, são feitas de elementos heterogêneos, por exemplo, um elemento linguístico pode ser conectado a outro elemento não linguístico.

Estratificações segmentárias podem ser correlacionadas com linhas de fuga. Vemos aqui coexistir elementos de natureza as mais diversas, tendo em vista que uma linha segmentária, que se caracteriza por sua função de estabelecer codificações mais duras e produzir territórios bem delimitados, pode, sem condicionalidade hierárquica, entrar em contato com uma linha de fuga. É, por sua vez, uma linha de fuga, que é constituída de potencialidade de mutação em estado puro, que porta possibilidades de construção de novos territórios existenciais, de mudança das coordenadas desejanças, quando nossos mapas subjetivos caducam, pode ser feita, às vezes, de uma segmentaridade dura, assumindo momentaneamente função de território em determinado momento da mutação subjetiva.

Elementos heterogêneos coexistem no inconsciente maquínico sob a mesma superfície, não havendo diferença topológica nem de profundidade. Por essa razão, podemos falar em termos de um inconsciente da superfície, não superficial, mais a flor da pele, a flor do *socius*. É justamente no caos que a consistência maquínica se faz, essa pragmática das máquinas abstratas retira desse funcionamento o substrato para sua síntese disjuntiva e conectiva. Propositamente desarranjada, “[...] ela garante sempre a conjunção possível dos sistemas de estratificação mais diferentes e é nisso que ela constitui se se pode dizer, o material de base a partir do qual se poderá constituir uma práxis transformacional” (GUATTARI, 1988, p. 166). Por conseguinte, uma prática clínica, que se faz por intermédio dessa pragmática do inconsciente, tem como *ethos* a diferença, tal qual a define Deleuze (2006), como uma conexão com a multiplicidade, o plano intensivo das forças de composição da realidade.

As máquinas desejanter se engendram multiplamente na riqueza caótica do inconsciente maquínico, “[...] o desejo não para de efetuar o acoplamento de fluxos contínuos e de objetos parciais essencialmente fragmentários. O desejo faz correr, flui e corta” (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 16). O que inspira esses teóricos para propor a tese *capitalismo e esquizofrenia* - desenvolvida nas duas obras *O Anti-Édipo* e *Mil Platôs* - é a experiência esquizofrênica, não de um indivíduo, mas dos fluxos desejanter. A experiência que os inspira não é a neurose, e sim o passeio esquizo, os objetos parciais, “[...] eis um modelo melhor do que o neurótico deitado no divã. Um pouco de ar livre, uma relação com o fora” (IBID., p. 12).

Essa experiência de um inconsciente que suporta os objetos parciais, em sua fragmentação e provisoriedade, que tem como condição de possibilidade a produção, podemos afirmar se tratar de uma concepção de desejo positivo. Ele se funda na produção. Uma produção que se faz por desterritorialização e reterritorialização incessante. Os territórios são sempre provisórios. Os objetos parciais não têm como destino uma condensação final, pelo contrário, acoplam-se e se agenciam livremente. E as pulsões “[...] não são nem estágios sobre o eixo genético, nem proposições numa estrutura profunda, são opções políticas para problemas, entradas e saídas, impasses que a criança vive politicamente, quer dizer, com toda força de seu desejo”³¹ (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 31).

Os objetos parciais, em decorrência de sua capacidade de funcionar digamos “pelo meio”, sem depender de um arranjo final fixo e determinado ao qual se acoplaria para, então, funcionar em todos as suas possibilidades, cria uma porosidade no processo de produção. Essa porosidade, e o polimorfismo dos objetos parciais criam propositalmente “pontas soltas”, criando condições para linhas de fuga, que podem funcionar como pontes ou catalisadores de novos territórios existenciais.

No decorrer desta sessão, procuramos apresentar o conceito de inconsciente maquínico no que ele tem de singular. Estabelecer as especificidades dos conceitos de inconsciente é fundamental neste ponto do trabalho, pois apostamos que, numa clínica do inconsciente e do desejo como produção, tal conceito é peça central em

31 O termo genético utilizado pelos autores não é o mesmo utilizado em biologia ou medicina. Esse termo aqui corresponde a gênese dos processos.

torno do qual todo um conjunto de práticas se desdobra. Diante do exposto, o capítulo que segue é uma tentativa de cartografar as coordenadas emitidas por essa concepção de inconsciente, que singulariza a experimentação de uma clínica esquizoanalítica.

Pelo viés da pragmática esquizoanalítica, os modos de vida se formam nas interações dos agenciamentos maquínicos, de modo que a análise desses modos de vida leva em conta as composições dos agenciamentos maquínicos, como que “desenroladas” sobre um plano, ou projetadas numa tela, que permitem ver as linhas, os rizomas, seus tipos, constituição, interseções, intensidades, início, fim, tais são os elementos do mapa. O exercício da clínica em esquizoanálise se faz como o exercício da escrita, segundo Deleuze, “[...] escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir” (DELEUZE; GUATTARI, 2011b, p. 19). Com essas coordenadas conceituais construídas até aqui, segue-se para o próximo capítulo, com a intenção de retomar algumas proposições e experimentá-las no que concerne às problematizações suscitadas do encontro com a prática clínica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CLÍNICA EXERCIDA POR PSICÓLOGOS COMO EXPERIMENTAÇÃO ESQUIZOANALÍTICA

No decorrer do texto, alguns conceitos foram apresentados, tais como: território, desejo, máquinas desejanças, *socius*, inconsciente máquinico; tais conceitos foram elegidos para este trabalho com o intuito de propor essa composição, como um instrumental conceitual que forneça os meios para uma experimentação esquizoanalítica na clínica exercida por psicólogos. Destarte, como movimento de finalização da presente dissertação, o propósito deste capítulo é fazer algumas apostas de arranjos para o dispositivo clínico, embasadas nos conceitos visitados ao longo da pesquisa.

O projeto de Deleuze e Guattari, ao formularem os conceitos da esquizoanálise, nunca foi o de se estabelecer como mais uma linha teórica dentro das teorias e sistemas da Psicologia, afinal nenhum dos dois autores tinha formação em Psicologia. Nem mesmo na Filosofia, área de formação de Deleuze, tinha intenção de inaugurar uma corrente ou uma escola, tampouco os interessava criar uma derivação da Psicanálise e muito menos se formalizar como escola de formação de analistas. Assim também essa dissertação não almeja tomar tal referencial teórico como uma cartilha. O intento desta pesquisa sempre foi o de entrar em relação com esse referencial teórico na busca de material que permitisse lidar com alguns impasses que surgem no exercício da prática clínica.

A esquizoanálise, em “O Anti-Édipo” (2011a), começa se apresentando como um passeio, mais do que como uma análise no *setting* psicanalítico. Quem passeia na esquizoanálise é o esquizofrênico e, para elaboração dessa imagem conceitual, Deleuze e Guattari (2011a) tomam emprestados da literatura o passeio de Lenz, personagem de Büchner³². O passeio esquizo remete a uma relação com o fora. Da relação com o fora decorre que o sentido não passa por uma interioridade, a produção de sentido passa a ser entendida na sua relação com o fora e com o plano intensivo. Por essas razões, o passeio esquizo é um modelo para o processo analítico, ao invés do neurótico deitado no divã.

32 BÜCHNER, G. **Lenz**. Tradução brasileira de Irene Aron. São Paulo: Brasiliense, 1985.

No esquizo, tudo é possível, tudo funciona; na esquizoanálise, não! A esquizoanálise não é esquizofrênica, ela usa a esquizofrenia como modelo, como referencial da qual se podem extrair funcionamentos, como a Psicanálise fez com os mitos de Édipo, Antígona. Por algumas razões e atravessamentos sociais e políticos (como evidenciamos na introdução deste trabalho), a eleição de Deleuze e Guattari para dialogar com o desenvolvimento de seus conceitos foi o passeio esquizo. A experiência pulsional e a ética desse modo de vida serve mais às construções teóricas que eles produziram.

Pode-se dizer que a esquizoanálise, ao adotar o modelo do passeio esquizo, inverte o ponto de partida adotado até aquele momento por grande parte da tradição da clínica psicológica a saber: a neurose. Essa inversão resulta, dentre outras coisas, em um deslocamento da unidade à multiplicidade. Isso se justifica tendo em vista que, na concepção esquizoanalítica, a libido não é esquadrihada por um sistema repressor, diferente disso, é modulada por cortes. O corte operado na energia libidinal por intermédio da síntese disjuntiva não impede o fluxo de passar, mas bifurca e cria novas conexões. Nesse sentido, a energia libidinal ou energia pulsional não é reunida em um sistema de condensação final. A produção operada pelas três sínteses do inconsciente maquínico afirmam a multiplicidade e não a unidade, pois cria na medida em que disjunta, desarranja e impõe novos destinos. A opção do procedimento esquizoanalítico em afirmar a multiplicidade é um dos meios pelos quais afirma-se a produção da diferença.

Como foi exposto em capítulos anteriores, um dos traços dessa perspectiva pragmática é a compreensão de que os processos de subjetivação são uma produção imanente ao diagrama do *socius* e seu respectivo momento histórico. Isso resulta em uma concepção de subjetividade afastada da noção de subjetividade individuada, interiorizada. Tal perspectiva conceitual procura deixar de lado uma ideia de profundidade psicológica.

Abandonar a ideia de profundidade psicológica implicou, por exemplo, no desenvolvimento dessa teoria da produção de subjetividade, que, como já vimos, compreende a subjetividade do ponto de vista da produção: a produção de produção,

produção de registro e produção de consumo. Isso insere a causa no efeito, o motivo no motivado, o fundamento na fundação, o produto no produzir. Os fenômenos subjetivos e suas condições de proveniência e emergência são ainda determinados por variáveis históricas e materiais, o que nos permite afirmar essa perspectiva como uma perspectiva materialista.

Nessa perspectiva materialista, a subjetividade estabelece relações absolutamente necessárias com o fora, em que os modos de vida emergem como produto e produção. Não é possível pensar a subjetividade a partir de dualismos como sujeito - objeto, indivíduo - sociedade, eu - mundo e tais. Sobre a concepção de sujeito, os autores afirmam,

[...] é um estranho sujeito, sem identidade fixa, errando sobre o corpo sem órgãos, sempre ao lado das máquinas desejanter, definido pela parte que toma do produto, recolhendo em toda parte o prêmio de um devir ou de um avatar, nascendo dos estados que ele consome e renascendo em cada estado (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 30).

Essa concepção de subjetividade como processo de produção maquínico permite, por sua vez, o desdobramento de uma superfície clínica que entende a produção de subjetividade como deslocamentos intensivos, estando referidos ao plano de imanência de uma vida. No lugar de uma teoria da superação de complexos, ou submissão a significantes que universalizam a experiência subjetiva, diferentemente disso, apostamos numa clínica que, como afirma Rauter (2012, p. 101), realiza uma “[...] genealogia desses fenômenos clínicos, buscando compreendê-los a partir dos processos de subjetivação que os produzem e não toma-los como tendências gerais”.

Por esse ângulo, temos uma clínica da imanência que acompanha os acoplamentos maquínicos do desejo. Com relação a esse movimento intensivo, na perspectiva de cartografar os movimentos de expansão possíveis e os movimentos de retração necessários à conservação de uma vida, podemos dizer, mais uma vez, lançando mão das afirmações de Rauter (2012, p.110), que de “[...] uma clínica que faz enfrentamentos, guerrilhas contra aquilo que obstaculiza e constringe a produção desejanter, tendo como fim o fortalecimento da vida”.

Outra contribuição dessa psiquiatria materialista - desenvolvida em “O Anti-Édipo” (2011a) - para a experimentação clínica diz respeito à concepção do inconsciente, entendido como fábrica e não como um teatro. Essa concepção materialista introduz o desejo no mecanismo de produção e introduz a produção no desejo. Aliada às contribuições de Antonin Artaud, Deleuze et al. (2019) reitera a concepção do inconsciente como produção de um inconsciente maquínico,

A idéia fundamental talvez seja a seguinte: o inconsciente “produz”. Dizer que ele produz significa que é preciso parar de trata-lo, como se fez até então, como uma espécie de teatro onde se representaria um drama privilegiado, o drama de Édipo. Nós pensamos que o inconsciente não é um teatro, mas antes uma usina. Artaud disse algo belíssimo sobre isso. Ele disse que o corpo, e acima de tudo o corpo doente, é como uma usina superaquecida. Não um teatro, portanto. Dizer que o inconsciente “produz”, significa dizer que ele é uma espécie de mecanismo que produz outros mecanismos. Para nós, isso quer dizer que o inconsciente nada tem que ver com uma representação teatral, mas com algo que poderíamos chamar de “máquinas desejantes” (DELEUZE, 2019, p. 295).

Essa operação de inserir a produção no desejo e o desejo na produção dissolve o dualismo entre produção individual e produção coletiva. O desejo, dentro desse arranjo conceitual, é sempre coletivo e está permanentemente em relação com o fora, o que, por sua vez, implica uma condução clínica que não pode perder de vista as múltiplas conexões que um sujeito estabelece para compor seus mapas. Nunca se trata de um eu privatizado, afinal o sofrimento, o sintoma, os delírios são mundiais e cósmicos (DELEUZE; GUATTARI, 2011a).

A experimentação clínica esquizoanalítica implica na construção de mapas que, como afirma Guattari (1988, p.166), “[...] não terá, por fim, a descrição de um estado de fato, o reequilíbrio de relações intersubjetivas, ou a exploração dos mistérios de um inconsciente escondido nos recantos obscuros da memória”. Devido a essa composição do inconsciente materialista e imanente, nas palavras de Guattari (1988),

[...] ela será, ao contrário, inteiramente voltada para experimentação tomada sobre o real. Ela não “decifrará” um inconsciente já todo construído, fechado sobre si mesmo, ela o construirá, e concorrerá para a conexão de campos, para a desbloqueio de corpos sem órgão

estratificados, vazios ou cancerosos, e para sua abertura máxima sobre o plano de consistência maquínica (GUATTARI, 1988, p. 166).

Nessa perspectiva materialista, como resgata Rauter (2012, p. 17), o que se desenha é uma “[...] clínica que deixa de lado o avental branco, como propunha Guattari”. Nesse movimento de deixar de lado o avental branco, assim como deixou de lado o divã, ao adotar o passeio esquizo, essa prática clínica se abre para outros saberes, não reivindica para si o *status* de ciência. Nesse sentido, Rauter (2012, p. 18) nos diz: “[...] trata-se, ao problematizar o campo clínico entendido como teórico/prático, de propor estratégias teórico-clínicas particulares, singulares, que digam respeito aos problemas também singulares que a clínica nos propõe”.

Após um percurso de leitura e prática nesse esforço de construir estratégias teórico-clínicas para os desafios da clínica, tem se apresentado de maneira cada vez mais sólida, o entendimento de que uma clínica esquizoanalítica não segue o modelo de uma clínica psicológica. Reforçamos essa diferença nesse ponto da argumentação, pois essa dissertação está sendo escrita por uma psicóloga clínica, na tentativa de produzir conhecimento acerca de uma prática clínica, buscando apostar, que é possível práticas analíticas para além do modelo da clínica psicológica. Para marcar essa diferença, faço observar uma das principais marcas da clínica psicológica no século XX: o ajustamento. Essa função de ajustamento da clínica psicológica foi, durante décadas, fomentada por pesquisas e experiências, gerando como resultado produção teórica e a produção de produtos técnicos como os testes psicológicos. Esse fato contribuiu para uma certa hegemonia dessa maneira de pensar a clínica na formação de psicólogos.

Como herança da categoria de ajustamento se produz um fenômeno mais amplo que a produção teórica, que é um determinado mandato social da psicologia como ciência do ajustamento. No que concerne ao conceito de ajustamento, segundo Lucero (1996), podemos dizer que,

[...] de forma ampla, o conceito de ajustamento é apresentado como o processo pelo qual o homem procura harmonizar as exigências internas da personalidade com o mundo em que vive. Caracteriza-se assim como um processo que busca harmonizar as relações com o

mundo, pela redução da tensão interna, ou por sua manutenção até a realização do que pretende. (LUCERO, 1996, p. 72)

Ao longo da história da Psicologia, é fato que muito de suas práticas contribuíram para intervenções de ajustamento mental, social e psicológico, inclusive com desenvolvimento de tecnologias de exame psicométricos, os chamados testes psicológicos, que são ferramentas diagnósticas de uso exclusivo da Psicologia e que, dentre outros fins, servem como embasamento para posteriores tratamentos de ajustamento de acordo com os desajustes encontrados. Esse fenômeno do século passado se atualiza no contemporâneo de outras formas, como, por exemplo, nas categorias de transtorno, resiliência, *coping*, *empowerment*, empatia.

Diante disso, podemos observar diferenças significativas no que se faz no decorrer de uma prática clínica esquizoanalítica e daquilo que se faz baseado na função de ajustamento designada a Psicologia. O que se faz em esquizoanálise não corresponde a uma entrevista psicológica ou avaliação psicológica e psicodiagnóstico. O que é feito durante o processo de análise é uma política dos afetos. Uma política dos afetos ou uma análise das linhas que compõe a subjetividade consiste em relacionar aquilo que se vive enquanto queixa e sofrimento psíquico com as relações sociais de produção que compomos.

Quando se politiza o que se sente, isto é, entende-se que o que se passa com você não se encerra em você e nem tem uma causa interna e individual, abre-se espaço para fazer uma política dos afetos que visa construir saídas para o sofrimento psíquico, lançando mão dessa rede de relação que constitui o real social ou, em outras palavras, o que Deleuze e Guattari (2011) nomeiam de linhas, linhas duras, linhas flexíveis e linhas de fuga.

A maneira pela qual a esquizoanálise busca respostas para os impasses colocados pela prática clínica, através dos meios que emprega e pelos elementos que considera para construir as análises, constitui-se como uma leitura materialista do sofrimento, que, além de integrar o produto no produzir, também tenta entender como as camadas de corpo se juntam com as camadas de sentido gerando expressão. De saída, é importante sublinhar que a analítica do inconsciente na esquizoanálise não é

restrita aos fenômenos da linguagem. Essa analítica busca o jogo da linguagem, procura entender como ela se agencia, enxerga, na linguagem, relação conteúdo e expressão, interação essa pela qual demonstra interesse. Vemos aqui uma analítica da profusão de significados e não da busca por um significante. E mais, uma analítica que leva em consideração fenômenos não linguísticos.

Segundo Barros e Lima (1999), Deleuze encontra em Hjelmslev uma teoria linguística que se aproxima de seu modo de pensar a linguagem. Nos conceitos de plano de expressão, plano de conteúdo, forma e substância, Deleuze e Guattari enxergaram uma teoria imanente da linguagem, como demonstram Barros e Lima (2002),

[...] uma linguística dos fluxos por oposição a uma linguística do significante. Uma teoria da linguagem que descreve um campo puro de imanência algébrica e que não se subordina a nenhuma codificação, sobreposição ou transcendentalidade. Já não há mais subordinação do significado ao significante, nem mesmo relação significante significado. No lugar dessa díade aparece a expressão e o conteúdo, numa relação semiótica ou de pressuposição recíproca. Não há mais adequação ou conformidade nesses dois planos (expressão e conteúdo), apenas solidariedade disruptiva (Barros e Lima, 2002, p. 111).

Solidariedade disruptiva é uma expressão bastante adequada para caracterizar a operação das máquinas desejanças. Esse sistema de corte, fluxo e extração tem certas operações e mecanismos que produzem uma liga entre eles, sendo solidariedade disruptiva um termo que, de certa forma, traduz uma das funções da síntese disjuntiva, que inclui na medida em que corta.

Se há uma interpretação desses territórios semióticos é pela genealogia e na análise das relações de forças centrada na relação sentido e valor. Uma analítica das forças e não das figuras, ou posições mãe, pai, Édipo. Desse modo, o que resta de interpretação dentro da pragmática esquizoanalítica é conduzida pela geologia do desejo nas construções das cartas de inconsciente, de modo que não interessa mais suposições acerca do que isto ou aquilo quer dizer ou significar. Nessa cartografia, interessa analisar as composições e os movimentos que compuseram os territórios e também quais as marcas produzidas pelo movimento das camadas subjetivas no mesmo. Assim, a condução do processo analítico procura escutar, naquele que fala,

o analisante, seus acidentes, seus dobramentos, acompanhar seu ritmo, entender como suas camadas se formam.

No decorrer do processo analítico, as queixas vão sendo postas, os mecanismos de produção dessas queixas vão se evidenciando, os mecanismos envolvidos na produção das redes relacionais e dos mapas subjetivos vão aparecendo; do acúmulo desses sedimentos e desses fragmentos de história pessoal, algumas coordenadas vão se mostrando mais centrais que outras no mapa. Na medida em que ele fala de si e dos outros e sobretudo como ele fala, começam a aparecer os territórios que o compõe e as pistas de como aquele corpo se constituiu e foi marcado vão sendo deixadas.

Diante desse material e dos territórios construídos em análise, alguns cortes³³, ou melhor dizendo, as condições para alguns cortes vão sendo criadas, como vimos em outro momento, a tesoura do desejo ou o processo de corte das máquinas desejanter não significa rompimento ou superação. Esses cortes têm a função de criar condições para que formas caducas sejam abandonadas e também funcionam como recurso para organização do mapa subjetivo.

O processo de corte é construído por partes. Primeiramente, podemos pensar que se estabelece um movimento de entender: o que precisa ser cortado? Que modos precisam ser abandonados? Quais fluxos interromper? cabendo ao analista apenas disparar e amparar tais problematizações. As respostas vão ser construídas no processo de análise, de acordo com as condições do analisando. Assim vão sendo construídas as condições para efetuação desses cortes. Em linhas gerais, entendemos que as condições adequadas para esses cortes vão se efetuar quando for possível produzir uma fissura na segmentaridade dura, bifurcando essa linha dura para uma linha de maior declive, uma linha de fuga. E nesse movimento intensivo, uma vez que esses cortes são promovidos, apresentam-se “territórios de recambio”, um pedaço de uma nova terra, recurso que impulsiona a mutação subjetiva.

33 Esse corte não é o corte lógico desenvolvido pelo psicanalista francês Jacques Lacan.

As linhas de fuga construídas vão se entrelaçando para formar novos mapas. Nesse movimento, o analista precisa ser zeloso em observar como o processo de análise o incluiu no mapa do analisando. É preciso estar atento aos acoplamentos produzidos e fazer esse manejo dos acoplamentos e dos limites entre territórios. Não se pode fundir o mapa do analista com o mapa do analisando. Quando isso acontece, a bússola que orienta a movimentação analítica perde o norte. Isso ocorre nos movimentos de identificação em geral.

Quando se cola a algum território de modo absoluto, quando a diferença é abafada e a reconhecimento opera em maior escala, a bússola se perde, perdendo-se a capacidade de visão do horizonte, construindo uma visão colada ao chão. Em contrapartida, sem bússola, o movimento é aspirado, os espaços de autonomia se encolhem, só um corte nesse fluxo pode abalar a identificação, permitindo que a diferença volte a ser produzida na relação. Por esses motivos, quando uma identificação se instala entre o analista e o analisando, o dispositivo clínico tem suas funções bastante prejudicadas, agindo até ao revés dele mesmo.

Cartografar os efeitos da função analista no mapa construído pelo dispositivo clínico é importante para trabalhar a favor da sustentação da diferença. Misturar os mapas do analista e analisando, pode criar armadilhas de sentido, disparar abandono de territórios de maneira abrupta, sem que se tenham sido construídos territórios de recambio. Na medida do possível, é desejável não confundir os mapas. Nas ocasiões em que isso acontece, o próprio dispositivo clínico se torna um obstáculo ao desejo e à singularização, à produção de diferença e à autonomia, parafraseando Guattari (1987), em “Pistas para uma esquizoanálise – os oito princípios” é preciso não atrapalhar.

Um desafio constante no dispositivo analítico é o manejo da angústia e da ausência de sentido que ela gera. Como sustentar esse vazio que se estabelece nos períodos de mutação subjetiva, em que o sujeito ainda não se apossou do seu novo território, ainda não “se enxerga nele” ou ainda não reconhece sua criação e que é tão importante para o processo analítico? Como sustentar a desconstrução sem deixar ruir por completo aquele mapa que por hora está abalado? Espaços lisos e momentos de angustia podem vir a se estabelecer na experiência subjetiva de qualquer sujeito.

Somos atravessados o tempo inteiro por processos de desterritorialização, em virtude das interações no *socius*. Essas experiências que geram sofrimento são acontecimentos inevitáveis do viver e da experiência intempestiva que é a vida.

Entretanto, dentro do processo analítico que é conduzido por um profissional, o movimento de desterritorialização deve sempre ser operado com um ritmo de desterritorialização e reterritorialização que se assemelhe àquilo que Deleuze e Guattari chamaram de prudência, “[...] não digo sabedoria, mas prudência como dose, como regra imanente à experimentação: injeções de prudência” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 13).

Como uma pista possível para as questões de como sustentar o vazio e a desterritorialização, de modo que se possa extrair daí novos territórios, propõe-se a seguinte demarcação: existe uma diferença entre a desterritorialização produzida pelo movimento do *socius* capitalista e aquela produzida pelo processo de análise. A axiomática capitalista gera saltos bruscos, espaços lisos e angústia, podendo levar, até ao farrapo autístico, a continuação do processo de desterritorialização ao infinito (esquizofrenia), produzir linhas de abolição e buraco negro.

Já a desterritorialização conduzida em um processo analítico não é essa de continuação ao infinito; ela é diagramada, mediada, estruturada. Esse processo de desterritorialização, quando corretamente diferenciado, pode ser conduzido com vistas a produzir vivacidade e autonomia. Mais uma vez é preciso desviar do perigo da identificação, vejamos:

Entretanto seria um grande erro identificar os *fluxos capitalistas* e os *fluxos esquizofrênicos*, sob o tema geral de uma descodificação dos fluxos de desejo. Certamente, há uma grande afinidade entre eles: o capitalismo faz passar em toda parte fluxos-esquizes que animam “nossas” artes e “nossas” ciências, assim como coagula na produção dos “nossos” doentes, os esquizofrênicos. Já vimos que a relação da esquizofrenia com o capitalismo ultrapassava em muito os problemas de modo de vida, de meio ambiente, de ideologia etc., e que devia ser colocada no nível mais profundo de uma só e mesma economia, de um só e mesmo processo de produção (DELEUZE; GUATTARI, 2011a, p. 325).

Nesse sistema de referência, o da prática esquizoanalítica, não podemos confundir a desterritorialização intrínseca do *socius* e da vida daquela produzida pelo processo de análise. Na desterritorialização construída pela experimentação esquizoanalítica, não se trata de uma dissolução absoluta e gratuita de limites - o que nos levaria a um vale tudo. Nessa viagem ou nesse passeio, temos, responsáveis pela condução, analista e analisando, cada um com suas obrigações a cumprir neste contrato. No que diz respeito às responsabilidades do analista, faz-se coro com Rolnik (2006, p. 70), quando ela afirma que “[...] aqui, há uma questão de ética. Em outras palavras: se não cabe ao analista do desejo sustentar valores, não é por isso que não lhe cabe sustentar coisa alguma”.

Como operadores de práticas analíticas, temos algumas responsabilidades éticas, que nos levam de volta à necessidade de não confundir os mapas de analista e analisando. Não ocupar uma posição de mestre, professor ou conselheiro não é o mesmo que horizontalizar a relação analista e analisando abolindo qualquer diferença de posição. Não podemos esquecer que as relações são também relações de poder e, no dispositivo clínico, não é diferente. Por essas e outras razões que a análise precisa ser colocada em análise, para que uma análise de implicação quanto às relações de poder possam ser feitas.

Faz parte do trabalho de cartógrafo mapear as intervenções e como são feitas e o que elas têm gerado. Mostra-se frutífero que o analista consiga enxergar, nos mapas construídos em processo de análise, onde estão suas pegadas e sua sombra. Levando em conta que essas relações são relações de poder, elas não são neutras, conseqüentemente, interferências recíprocas são produzidas.

Nesse sentido, o analista é também máquina desejante e emite linhas e signos o tempo inteiro nas relações que estabelece. Tem um corpo povoado de máquinas tanto quanto o analisando. Uma das apostas dessa dissertação, que permite afirmar que o analista se diferencia do analisando, é em razão, por exemplo, de um processo formativo ao qual se submeteu. Por essa via, foi possível construir um território, um agenciamento maquínico, o qual permite, sob certas condições (profissionais, espaciais, contratuais), exercer função de analista, cartógrafo etc., permitindo-o

exercer essa função mais acentuada de condução dos movimentos no dispositivo clínico.

Em uma conjunção de conteúdo e expressão, nossa prática gera efeitos que podem promover ou estancar os processos de singularização. Em determinadas condições, práticas analíticas são possíveis. Seria possível pensar que os acoplamentos que produzem o agenciamento analista são tão concretos quanto um crachá ou jaleco?

O esforço dessa pesquisa foi no sentido de contribuir com algumas problematizações, em relação a alguns aspectos de uma prática clínica que tem a esquizoanálise como bússola. Essa prática clínica nos convoca e nos interroga de maneira complexa e permanente. Esse tensionamento impulsionou uma busca por meios possíveis para a produção de uma clínica que se aproxime da produção de autonomia e de singularização frente às demandas produzidas em nós no contemporâneo. Desejamos que a conclusão dessa pesquisa possa ser o ponta pé inicial para um debate sobre as possibilidades e os limites das apostas e problematizações desenvolvidas ao longo do presente trabalho. Sem dúvida, o exercício da escrita e da pesquisa e de tudo que isso envolve se configurou como elemento componente da formação como psicóloga clínica dessa que vos fala.

Por fim, parafraseando uma expressão de Marcel Proust, essas problematizações e apostas foram nossos óculos para pensar as direções dessa experimentação, mas, se não lhe servem, é sempre possível utilizar outras lentes para ver e pensar as experiências.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko Argos. Chapecó: editora Unochapecó, 2009.
- ALTOÉ, S. **René Lourau**: analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BARROS, G. O *Setting* analítico na clínica cotidiana. In: **Estudos de Psicanálise**. Belo horizonte/MG, n. 40, p. 71-78, dez. 2013.
- BARROS, M. E. B. de; LIMA, R. R. G. Estruturalismo e regime de signos. In: MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. C.; BARROS, M. E. B. de (Orgs.) **Texturas da psicologia**: subjetividade e política no contemporâneo. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 109-114, 2001.
- CANGUILHEM, G. **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.
- DAUMEZON, G. **Action individuelle de la psychothérapie collective**. In: **Revista Évolution psychiatrique**, n.3, p. 475-506, 1952.
- DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Graal, 2006.
- DELEUZE, G. **Foucault**. 5 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** Dois regimes de loucos: entrevistas e outros textos. São Paulo: Editora 34, 2016.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**: Capitalismo e Esquizofrenia 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011a.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução ao Rizoma. In: **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. v. 1., 2. Ed. São Paulo: Editora 34, p. 17-49, 2011b.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia**. v. 3, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. Políticas. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G. **A ilha deserta e outros textos**: textos e entrevistas (1953-1974). Org. David Lapoujade, org. edição brasileira e rev. téc. Luiz B. L. Orlandi. 4. reimp. São Paulo: Iluminuras, 2019.
- ESCOBAR, Carlos Henrique. Anti-Édipo: uma introdução à vida não facista. Por Michel Foucault. In: **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Holon, 1991. p. 81-85.

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. XVII** (1919), Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FOUCAULT, M. Os Intelectuais e o Poder. Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. I: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, p. 41-46, 2003.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F. **O Inconsciente Maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas/SP: Papirus, 1988.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica - Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GUÉRON, R. A axiomática capitalista segundo Deleuze e Guattari. De Marx a Nietzsche, de Nietzsche a Marx. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 29, n. 46, p. 257-282, jan./abr. 2017.

LAPOUJADE, D. (org.) Gilles Deleuze, Félix Guattari: entrevista sobre o Anti-Édipo com Raymond Bellour. In: **Gilles Deleuze. Cartas e Outros Textos**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

LOURAU, R. Pequeno manual de análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.), René Lourau: analista em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

LUCERO, A. A. N. **Da adaptação ao ajustamento: um aspecto da história da psicologia**. 1996. (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MACHADO, R. **Deleuze, a arte e a filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.

MOSÉ, V. **Pensamento chão: poemas em prosa e verso**. Rio de Janeiro. Editora 7 letras.

RAUTER, C. **A construção de uma superfície clínica. Clínica do esquecimento**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

ROLNIK, S. A ética do Cartógrafo. In: ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo**. Porto Alegre: Sulina (Editora da UFRGS), 2006.

RUIZ, V. S.; ATHAYDE, V.; NOGUEIRA FILHO, I.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C.; ATHAYDE, M. François Tosquelles, sua história no campo da Reforma Psiquiátrica:

Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrada na atividade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 855-877, dez. 2013.